

62



RELATÓRIO E CONTAS 2017

Mensagem do Administrador Único

Apesar da evolução positiva verificada na economia nacional durante o ano de 2017, designadamente pelo crescimento do Produto Interno Bruto, a diminuição do desemprego e subida do emprego, a atividade da Fernave não beneficiou de tal conjuntura.

Embora haja uma recuperação económica nacional, manteve-se uma cultura de rigor empresarial, com um foco primordial na redução e racionalização na estrutura de gastos, em particular nas empresas do sector empresarial do Estado, setor este em que se enquadra o núcleo principal dos clientes da Fernave. O exercício de 2017 foi para a Fernave um ano de comemoração. Iniciando a sua atividade a 2 de Janeiro de 1992, celebrou no decurso do ano, o seu 25º aniversário, tendo vindo a contribuir ao longo dos anos para a avaliação, capacitação e elevação das competências dos profissionais do setor dos transportes e suas áreas envolventes, quer por via da sua atividade core, a formação, quer das atividades associadas, como seja, o recrutamento e avaliação psicológica e a consultoria (nomeadamente em recursos humanos).

Em meados do ano de 2017 a nova Administração da acionista única, a CP - Comboios de Portugal, EPE, nomeou um novo Administrador Único, com a missão principal de encontrar um modelo de funcionamento novo, que seja sustentável, económica e financeiramente, e não dependente de injeções anuais de apoio financeiro do acionista.

Com este objetivo, foi iniciado um processo de redução de gastos fixos, aligeirando a estrutura de gastos e custos e passando o modelo de atividade a basear-se numa perspetiva de gastos variáveis. A presença espacial da Fernave no território nacional foi parte deste processo, e em consequência abandonou-se a presença em instalações fixas arrendadas no Entroncamento e Porto. O quadro de meios humanos afetos foi também reduzido, quer por negociação de rescisões por mútuo acordo, quer por regresso de alguns colaboradores ao quadro de origem, a CP.

Espera-se que o ano de 2018 traga os benefícios esperados decorrentes desta reestruturação da Empresa, servindo preferencialmente os interesses estratégicos da sua acionista única, a CP-Comboios de Portugal, EPE.

É justo deixar aqui uma palavra de agradecimento e reconhecimento à Administração da CP-Comboios de Portugal, EPE, pelo voto de confiança depositado nesta empresa, na sua Administração e também por todo o apoio institucional, financeiro e comercial prestado ao longo destes últimos anos, e principalmente pelo apoio concedido e empenho colocado na reestruturação desenhada para a atividade futura da Fernave.

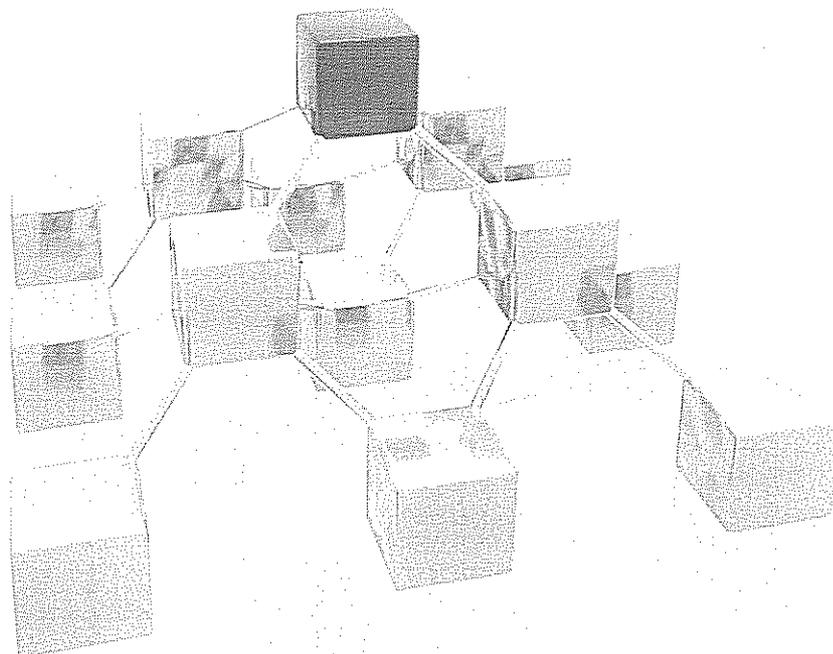
Lisboa, 7 de março de 2018

O Administrador Único



Índice

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	4
1.1 PERFIL DO ANO	5
1.2 FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	6
CAPÍTULO 2 ATIVIDADE DA EMPRESA	8
2.1 O CONTEXTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL.....	9
2.2 AÇÕES E ACONTECIMENTOS EM 2017	10
ATIVIDADE DESENVOLVIDA	11
2.3 INDICADORES.....	17
2.3.1 ATIVIDADE GLOBAL POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO	18
2.3.2 FORMAÇÃO	18
2.3.3 RECRUTAMENTO E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	20
2.4 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE.....	21
2.5 CAPITAL HUMANO.....	23
2.6 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL.....	26
2.7 RECURSOS MATERIAIS E TECNOLÓGICOS	26
CAPÍTULO 3 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	28
3.1 OBJETIVOS DE GESTÃO	29
3.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	29
3.3 LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	29
3.4 EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO E DOS ATRASOS DE PAGAMENTOS	30
3.5 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA	30
3.6 REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS.....	30
3.6.1 DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	30
3.6.2 DO AUDITOR EXTERNO	31
3.6.3 DOS RESTANTES TRABALHADORES	31
3.7 APLICAÇÃO DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO	32
3.8 REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	32
3.9 PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	32
3.10 FROTA AUTOMÓVEL.....	32
3.11 CONTRATAÇÃO PÚBLICA	32
3.12 CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS	33
3.13 AO NÍVEL DO PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	35
3.14 RECOMENDAÇÕES DE TRIBUNAL DE CONTAS	36
3.15 INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE SEE	36
3.16 QUADRO RESUMO.....	37
CAPÍTULO 4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	38
CAPÍTULO 5 PERSPETIVAS PARA O FUTURO	43
CAPÍTULO 6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	45
CAPÍTULO 7 CONTAS DO EXERCÍCIO	47
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53



CAPÍTULO 1 | INTRODUÇÃO

1.1 Perfil do Ano

O quadro seguinte espelha os principais indicadores que caracterizaram a atividade da Fernave durante o ano de 2017.

	2017	2016	Variação (%)
Actividade			
Horas de Formação	8.507	16.463	-48%
Exames Psicológicos (nº)	742	1.084	-32%
Projectos Consultoria (nº)	2	3	-33%
Proveitos e Custos (€'s)			
Proveitos Totais	700.238 €	1.743.250 €	-60%
Custos (1)	1.020.160 €	1.538.622 €	-34%
FSE's	410.109 €	733.088 €	-44%
Gastos com Pessoal (2)	610.051 €	805.534 €	-24%
Indemnizações	-	-	
Encargos Financeiros	95.644 €	96.738 €	-1%
Recursos Humanos (nº)(4)			
Efectivo a 31 Dezembro	18	20	-10%
Formação	9	10	-10%
Recrutamento e Psicologia	3	3	0%
Consultoria	1	1	0%
Srviços partilhados	6	6	0%
Trabalho Suplementar	0,0130%	0,0190%	-32%
Taxa de Absentismo	14,26%	10,295%	39%
Endividamento e Resultados			
Endividamento (3)	2.600.000 €	2.600.000 €	0%
EBITDA	(162.571)	74.115 €	-319%
Resultado Operacional	(186.503)	49.898 €	-474%
Resultado Líquido	(287.288)	(58.574)	-390%
Rácios			
Proveitos / Custos	0,69	1,13	-39%
Proveitos / Colaborador (€'s)	38.902 €	87.163 €	-55%
Gasto Unitário / Colaborador (€'s)	56.676 €	40.277 €	41%
Encargos Financeiros / Endividamento	3,68%	3,72%	-1%
(1) FSE's e Gastos com Pessoal	(3) Financiamentos Obtidos (Corrente e Não Corrente)		
(2) Sem Indemnizações	(4) não se considera O.S		

ay

A Fernave terminou o ano com um decréscimo do resultado líquido relativamente a 2016.

Os valores do EBITDA e Resultado Operacional são negativos, de -162.571 € e -186.503 €, respectivamente.

Estes resultados negativos resultam do acentuado decréscimo da atividade relativamente a 2016, ano em que se registaram formações iniciais de longa duração.

A informação constante deste Relatório esclarece e detalha os elementos aqui apresentados.

1.2 Ficha de identificação da empresa

Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.



Capital Social: € 50.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial nº: 2789

Número de Pessoa Coletiva: 502 684 640

Data de constituição da Empresa: 9 de dezembro de 1991

Data de início da atividade: 2 de janeiro de 1992

Sede: Rua Castilho, nº3 – 1269-074 Lisboa

Constituída em 1992, a Fernave é uma sociedade anónima cujas atividades se situam no âmbito da prestação de serviços nos domínios da Formação e Desenvolvimento de Competências, do Recrutamento e Avaliação Psicológica, Consultoria Empresarial e Recursos Humanos dos Sistemas de Transportes. Desde a sua origem que a vocação se tem mantido, enquanto centro de excelência na gestão do conhecimento do sector dos transportes e da logística, contribuindo para aumentar a qualificação das pessoas e certificando as suas competências.

Atualmente o Universo da Fernave é constituído por:

- Acionistas: Detida a 100% pela CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP é uma entidade pública empresarial (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho), detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Grupo CP: EMEF, Fernave, Ecosaúde, Saros

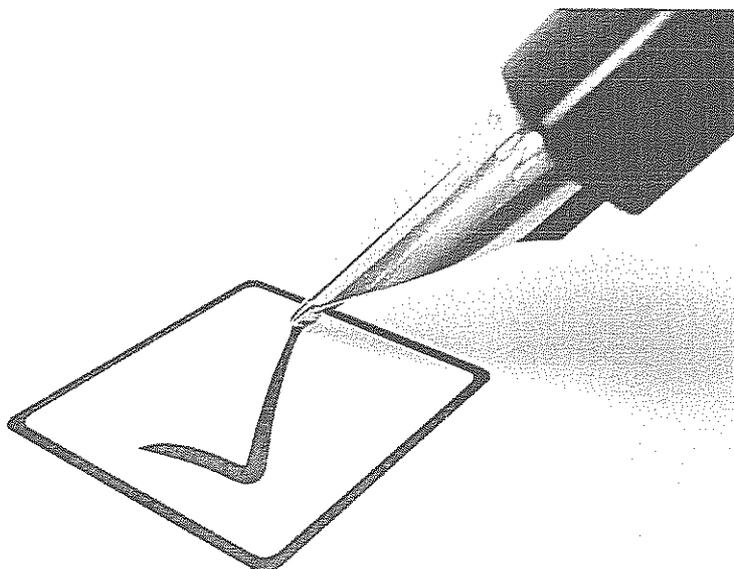
- Participações: Participa em 19,1% na Transcom - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A., Moçambique

A Transcom é uma empresa cuja atividade é a formação, consultoria, estudos e projetos no sector do transporte e comunicações em Moçambique e suas envolventes no mercado. Integram a Transcom dois institutos de ensino: ISUTC (ensino superior) e ITC (ensino médio).

Ao longo dos anos a Fernave tem vindo a consolidar a sua presença no mercado nacional no âmbito do sector dos transportes, através da disponibilização de uma oferta de serviços direcionada às necessidades concretas de cada um dos seus Clientes, nas várias áreas onde atua, numa perspetiva de criação de valor e melhoria de valências nas empresas. Detém uma vocação específica, focalizada no sector dos transportes e logística, e áreas envolventes, no qual se posiciona como uma importante referência com reconhecimentos e homologações únicas, em termos nacionais e internacionais, com créditos firmados ao longo de mais de duas décadas de experiência acumulada.

A atuação que vimos desenvolvendo pode ser agregada nas áreas a seguir indicadas.

- Formação e Desenvolvimento de Competências
- Consultoria Empresarial e de Recursos Humanos
- Recrutamento e Avaliação Psicológica
- Sistemas de Transportes



CAPÍTULO 2 | ATIVIDADE DA EMPRESA

2.1 O Contexto Macroeconómico e sectorial

A melhoria do enquadramento económico externo¹ tem vindo a beneficiar a acentuada recuperação da economia portuguesa, a par com a queda da despesa com juros e de um investimento público abaixo do orçamentado.

“..., o atual ciclo de expansão económica é extensível a todos os países da área do euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, com a dispersão do crescimento e a dispersão da inflação a atingirem níveis mínimos. Fora da área do euro, é também esperada uma expansão sustentada da atividade e do comércio. As condições monetárias e financeiras deverão também permanecer favoráveis.

Também a política monetária se tem caracterizado por um “elevado grau de acomodação na maioria das economias desenvolvidas.”

A recuperação registada em 2017, pelos seus comportamentos favoráveis, tem como principais âncoras, quer a FBCF empresarial, quer as exportações de turismo.

Simultaneamente, “Num contexto de aumento do rendimento disponível real, de melhoria progressiva das condições do mercado de trabalho e de manutenção de condições favoráveis de financiamento, os níveis de confiança dos consumidores” apresentaram um perfil ascendente. Veja-se o crescimento do consumo privado em bens duradouros e automóveis, embora se denote um ligeiro abrandamento no final do ano.

Refira-se ainda que, no 3º trimestre do ano, para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento (estima-se que o défice se situe na ordem dos 1,4%), o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança, bem como é um motor de incentivo e motivação para a realização de novos investimentos, nomeadamente por parte de investidores externos.

2017 foi também o ano em que a taxa de desemprego decresceu, alcançando o seu valor mais baixo dos últimos 9 anos.

Segundo o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, nos últimos dois anos foram criados mais de 200 mil postos de trabalho, em resultado do investimento das empresas e dos apoios do Portugal 2020 a esses investimentos.

Esta recuperação económica geral também se fez sentir no setor dos transportes e suas áreas envolventes, com as empresas, nomeadamente públicas a retomar:

- Investimentos (por exemplo em material motor e circulante, reabilitação de infraestruturas (ex: ferroviárias);
- a contratação de novos profissionais (como é o caso da CP que em 2017 levou a cabo um grande recrutamento externo).

¹ Segundo a Comissão Europeia, a economia portuguesa está muito vulnerável aos choques externos, o que requer atenção e cuidado redobrado nas políticas seguidas.

2.2 Ações e acontecimentos em 2017

2017 foi um ano de comemoração para a Fernave!

Constituída em Dezembro de 1991, iniciou a sua intervenção no mercado a 2 de Janeiro de 1992. Ao longo destes, agora **25 anos de atividade**, orgulha-se de ter vindo a contribuir:

- não só para a seleção, avaliação, qualificação e certificação dos profissionais do setor dos transportes e suas áreas envolventes;
- não só a nível operacional e técnico, mas também das chefias de enquadramento e direção;
- mas também apoiando empresas e outros organismos no estudo e implementação de soluções, quer a nível organizacional, quer no âmbito dos sistemas de transportes;
- em Portugal e além fronteiras, nomeadamente: Moçambique, Angola, Cabo Verde, Brasil, Espanha, França, Argentina e México.

Durante estes 25 anos:

- ✓ Realizámos mais de 22.500 ações;
- ✓ Correspondendo a mais de 1.521.820 horas de transferência de conhecimento;
- ✓ Para mais de 200.850 formandos;
- ✓ Realizámos mais de 89.900 exames psicológicos;
- ✓ Desenvolvemos mais de 160 estudos e projetos de consultoria.

2017 foi também um ano em que se deu início a uma reorganização e ajustamento internos, numa perspetiva de garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa, a par do normal desenvolvimento da atividade. Esta reestruturação tornou-se vital depois de não se concretizar a entrada de novos acionistas. Tal reestruturação terá mais impacto no ano de 2018.

A continuidade da evolução favorável do clima económico e do quadro restritivo a que as empresas pertencentes ao Setor Empresarial do Estado (SEE) estavam sujeitas, permitiu, globalmente nas empresas, o prosseguimento de novos posicionamentos, novas estratégias e novos investimentos. Neste contexto, a aposta no desenvolvimento do capital humano manteve a sua importância na estratégia de muitas empresas.

Para a Fernave, este facto permitiu que a empresa alargasse o seu leque de oferta de serviços, apresentando novos cursos ao mercado, sedimentasse a oferta já existente (quer ao nível da formação, como da psicologia e consultoria) e, simultaneamente, desse continuidade à atividade que vem desenvolvendo.

A intervenção no mercado, quer seja por via de contactos comerciais, estabelecimento de parcerias, resposta a pedidos de proposta ou apresentação de propostas espontâneas, com grande foco no setor dos transportes (seu mercado por excelência), centrou-se na realização de um conjunto de projetos estruturantes para as empresas nossas Clientes, onde a seleção e avaliação psicológica, a capacitação, desenvolvimento e certificação de competências e a organização de processos estiveram presentes.

Simultaneamente, foram também sendo realizadas um conjunto de ações internas que pretendem, por um lado sustentar a atividade comercial da empresa e por outro, avaliá-la, como referido.

Atividade Desenvolvida

Ao longo do ano, a Fernave desenvolveu um conjunto alargado de intervenções (entre ações formativas, de recrutamento e seleção e, estudos e projetos), para um leque diversificado de Clientes (particulares e empresas).

Nos pontos seguintes destacamos algumas destas intervenções.

Comemoração dos 25 anos



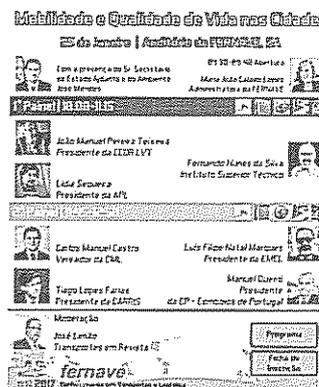
No âmbito das ações de comemoração dos seus 25 anos de atividade, a Fernave realizou durante o ano, dois seminários temáticos:

- **“Mobilidade e Qualidade de Vida nas Cidades”**. Pretendeu-se refletir sobre o papel dos transportes na mobilidade e qualidade de vida nas cidades, designadamente sobre os fatores que estão subjacentes a esta mudança de paradigma; quais os atores chave e como se articulam; como se cria sustentabilidade no sistema e se pode inovar; que plataformas tecnológicas e aplicações existem; qual o modelo de governação, e ainda, que experiências existem em Portugal. O Seminário integrou dois painéis, o primeiro mais vocacionado para o planeamento e urbanismo e o segundo para a cidade de Lisboa.



O evento contou com a presença de sua Ex^a o Secretário Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, entre um conjunto de outros ilustres intervenientes no setor.

Estiverem presentes cerca de 128 participantes, envolvendo 45 entidades do setor.



- **“Internacionalização nos Transportes: que estratégia? – como se vendem serviços e know-how nos transportes”**. Pretendeu-se debater, entre outras, as seguintes questões: Como poderemos ser eficazes na internacionalização de serviços? O que nos distingue? Competências técnicas, empreendedorismo e atitude? Quais as vantagens competitivas? Qual a estratégia? Que mercados? Por onde começar e para onde ir?



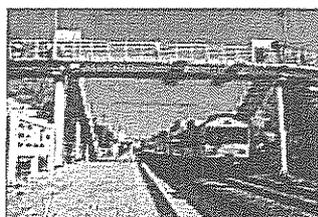
O Seminário, constituído por dois painéis e moderado por Manuel Sousa Antunes, da UNEEQ, visou promover uma reflexão e debate sobre a internacionalização, nomeadamente com intervenções sobre que estratégia, que mercados, que competências e testemunhos sobre as experiências de internacionalização. Fizeram parte dos painéis: Filipe Ramalheira, Adjunto no Gabinete do



Secretário de Estado da Internacionalização; Nadim Habib, Nova School of Business and Economics; Pedro Ramos, Ground Force; Rita Araújo, AICEP; Augusto Franco da Normadtech; António Jorge Costa, Transcom; Alain Descamps, da ADE; Carlos Rodrigues da Medway e Nuno Soares Ribeiro, VTM.

Estiverem presentes cerca de 40 participantes, envolvendo 20 entidades do setor.

Desenvolvimento de Competências em Áreas Ligadas à Atividade Ferroviária na CP – Comboios de Portugal

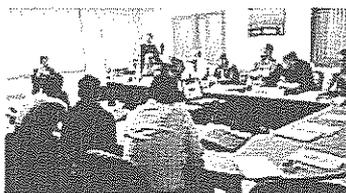


Durante o ano, a CP apostou no desenvolvimento da formação contínua de carácter técnico e comportamental, com especial incidência na formação dirigida para a **Segurança**, para atualização **regulamentar** (por via da alteração de vários normativos regulamentares, a qual abrangeu um elevado número de participantes) e para a **Área de Atendimento e da Venda** (com a realização das ações de reciclagem em Excelência no Atendimento ao Cliente e Regulamentação Comercial), promovendo a qualificação dos seus profissionais e o trabalho em equipa.

Ainda no âmbito do desenvolvimento do **Plano de Formação 2017**, que conta com um conjunto de ações em outras áreas do conhecimento, nos pontos seguintes, apresentamos alguns dos projetos realizados.

Operadores de Revisão e Venda

Durante o ano concluiu-se um dos cursos de **Formação Inicial para Operadores de Revisão e Venda**, para a CP – Comboios de Portugal, iniciado em 2016, em resultado do processo de admissão de novos colaboradores.



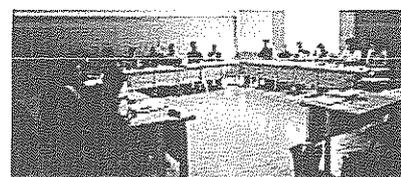
Capacitação de Maquinistas para o Mercado



Os **Cursos de Formação Inicial de Maquinistas** para o mercado, iniciados em 2016 e homologados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes – IMT, foram concluídos no primeiro mês do ano, tendo capacitado, qualificado e disponibilizado 32 novos maquinistas (devidamente certificados pelo IMT). Até ao final do ano tinham sido absorvidos a quase totalidade destes novos profissionais pelas empresas do setor.

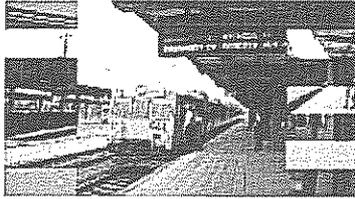
Adequar, Requalificar

Preparar os participantes para o exercício de novas funções e/ou em novos contextos (quer seja de material circulante, como de trajeto), foi objetivo quer da CP, quer da Comsa e da Medway, através da realização de um conjunto de ações, nomeadamente: **formação de atualização** e de **formação complementar de Maquinistas** e de



Agentes de Acompanhamento. Realizaram-se, neste âmbito, um conjunto de cursos de formação em material circulante diverso, nomeadamente: Allan 350, UDD 450, CPA 4000, Locomotiva a Vapor Série E200 VE e EURO 4000, entre outros.

Ferrovias Ibérica

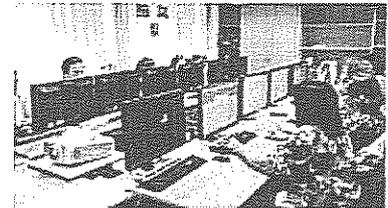


No âmbito do projeto Porto – Vigo e, dando continuidade à necessidade de manter as competências, a Fernave assegurou o **acompanhamento da formação prática dos Maquinistas da RENFE**, garantindo a transferência e aplicação de conhecimentos no que à regulamentação e condução portuguesas diz respeito.

De igual modo, a CP garantiu, através de ações de formação, a **atualização de conhecimentos no âmbito da regulamentação para condução, no troço Elvas – Badajoz.**

Projeto Formativo em B-learning

Deu-se continuidade ao projeto “**Conhecer o Negócio**”, projeto sustentado numa plataforma **e-learning**, cujos conteúdos foram desenvolvidos à medida das necessidades do Cliente CP, tendo em vista alinhar os colaboradores com o negócio CP, sensibilizando-os para a importância da integração de todas as áreas e promover o envolvimento de todos para o alcance de um objetivo comum.



Segurança em Trabalhos de Via Férrea

Os cursos desenvolvidos nesta área do conhecimento, visam dotar os profissionais que realizam trabalhos na via ferroviária ou nas suas imediações, dos conhecimentos e competências relativas à forma como os devem de executar, garantindo as necessárias condições de segurança na circulação ferroviária durante a execução dos mesmos.

São disponibilizados para o mercado, nomeadamente, cursos de **Segurança Ferroviária para Empreiteiros - Técnicos e para Chefias Intermédias e Segurança para Trabalhos em Via Férrea e sua Proximidade** (este, mais vocacionado para profissionais que, não necessitando de certificação própria para exercerem as suas funções, precisem de ter a perceção dos perigos e riscos profissionais inerentes ao desempenho das suas atividades, bem como compreenderem as normas e medidas de segurança definidas na IET77).

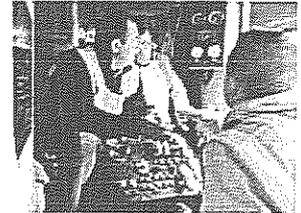
Os cursos nesta área são, na sua maioria, frequentados por trabalhadores de empresas de construção, manutenção, reparação, renovação, remodelação ou modernização das infraestruturas ferroviárias (nos seus vários elementos: via, catenária, sinalização, telecomunicações), com quem a IP – Infraestruturas de Portugal tem contratualizadas as empreitadas das obras que realiza no domínio ferroviário.

A título meramente indicativo, foram nossos Clientes durante 2017: Conduril, GMF, EMEF, Viatel, Ferrovial – Agroman, Alstom, ISQ, GIBB, Perene, Fernandes & Remelhe, Thales Portugal, Teixeira & Duarte, Somefel, Mota-Engil, Futrifer, entre outros.

Conduzir em Vias Ferroviárias Interditas

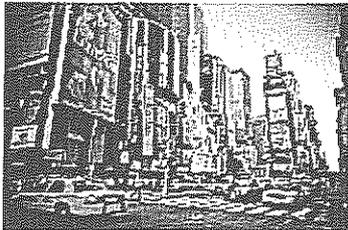
Tal como a condução em exploração, a condução em vias interditas, exige também ela, uma habilitação/capacitação, pois trata-se de garantir que a execução de trabalhos em vias interditas com os comboios em circulação na via contígua, se possa realizar com graus de segurança adequados.

Os cursos de condutor em via interdita (tipo 1 e 2) ou piloto de via interdita, têm como objetivo, capacitar e preparar os profissionais para o exercício destas funções, enquanto condutores de unidades motoras e/ou de veículos motorizados especiais, no que se refere à sua preparação e condução, no âmbito da regulamentação de segurança da circulação (ICS 203/14 e o RGS XII Vias Interditas) e conhecimentos de normas técnicas dos veículos.



Durante o ano, a Fernave realizou um conjunto de cursos neste domínio, para Clientes diversos, nomeadamente: Ferrovia – Agroman, Mota-Engil e Parros, entre outros.

Tratando-se de uma formação inicial com possível impacto na segurança da circulação ferroviária, exige-se que sejam cumpridos um conjunto de requisitos a nível psicológico e médico. Neste contexto, ao longo do ano, a Fernave realizou também um conjunto de exames de avaliação psicológica a candidatos que exercem ou irão exercer esta atividade.



Atuação na Área Rodoviária

Reconhecida pelo IMT, como entidade formadora para o setor rodoviário, tem homologado um conjunto de cursos: Formação Contínua e Inicial, Comum e Acelerada, no âmbito dos CAM; Curso de Formação Inicial e Contínua de Motorista de Táxi (renovação obtida em 2016), Formação Inicial e Formação Complementar de Motoristas para o Transporte Coletivo de Crianças e Formação de Vigilantes em

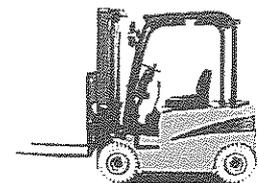
Transporte Coletivo de Crianças.

Ao longo de 2017, realizou, para Clientes diversos, na sua maioria particulares, um conjunto de ações, algumas das quais em parceria com outras entidades.

Ainda neste contexto – segurança rodoviária, e conforme exigências regulamentares, realizou os exames de avaliação psicológica exigidos para a obtenção e renovação das certificações individuais de Motorista.

Manuseamento de Aparelhos de Elevação

O manuseamento de gruas e equipamentos de elevação e cargas requer conhecimentos e competências específicos, bem como prática na sua utilização, de modo a garantir que a operação se realize em adequadas condições de segurança.

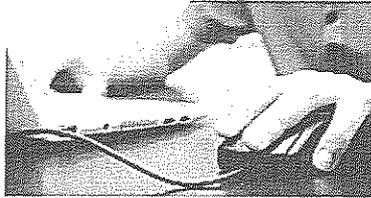


Tratando-se de uma temática inserida na denominada área envolvente à do seu mercado *core*, a Fernave tem vindo a realizar cursos neste domínio, para o que conta com um parceiro especializado. As ações realizadas procuraram dotar o condutor/operador, de competências sobre a identificação dos principais órgãos das máquinas, suas características e funções, incluindo o treino e aplicação de um conjunto de regras de segurança que devem estar sempre presentes: Manuseamento de Gruas e Empilhadores.

Em 2017 foram realizadas algumas ações neste âmbito, nomeadamente para empresas (como, por

exemplo, a FFWD Solutions).

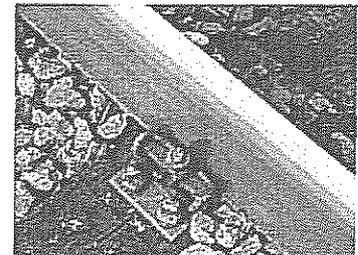
Tecnologia vs Performance



Cientes das necessidades pontuais dos seus colaboradores, em matéria de utilização de *software*, na ótica do utilizador, a Fernave realizou, para os Clientes CP e EMEF, um conjunto de ações tendentes a dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para uma correta utilização do: *excel*, *word* e *outlook*, e por essa via, melhorarem a performance individual.

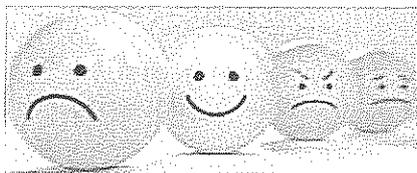
Via Férrea: Materiais, Geometria e Análise de Registos (NOVIDADE 2017)

Tendo em conta a grande evolução do setor ferroviário, nomeadamente no âmbito da construção e manutenção de via, e a diversidade de variáveis a tratar, da reflexão e análise efetuada, a Fernave considerou existir alguma carência de profissionais com formação específica e atualizada nestas matérias. Neste contexto, levou a cabo a conceção de um Programa formativo: **Via Férrea: Materiais, Geometria e Análise de Registos**, dirigido a profissionais que pretendam adquirir competências ou iniciar uma carreira na área da construção e manutenção das vias férreas. O Programa visa proporcionar aos participantes a aquisição de conhecimentos técnicos gerais sobre um conjunto de elementos e procedimentos que, em articulação, compõem a via-férrea.



Durante o ano foram realizadas duas (2) edições do curso, tendo como participantes, profissionais de diversas empresas ligadas à construção/manutenção ferroviária e não são. De entre elas podemos referir: Universidade do Porto, o (então) GISAF, MTS, CP, Fergrupo, Ferrovia-Agroman, GMF, Teixeira Duarte, Coba e Neopul.

Excelência no Atendimento



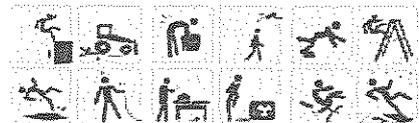
A **excelência no atendimento ao Cliente** é um dos principais fatores competitivos que diferencia o posicionamento no mercado dos diversos atores. Cada vez mais as empresas têm preocupações a este nível e procuram dotar os seus profissionais das competências necessárias para que prestem um atendimento de

excelência.

Durante o ano foram realizadas várias ações formativas neste âmbito, para a CP e para EMEF.

Intervenções Formativas de Enquadramento e de Caráter Transversal

A nível transversal, foram ainda desenvolvidas um conjunto de outras ações, nomeadamente no âmbito da **higiene e segurança no trabalho**, da prevenção da **alcoolemia**, prevenção e luta contra **incêndios**, **primeiros socorros** e **planos de emergência**.



Programas de Especialização

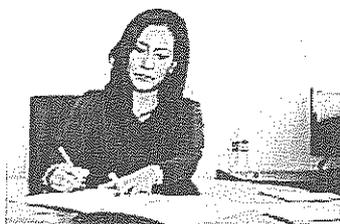
Com os Programas de Especialização, a Fernave pretende ir ao encontro das necessidades individuais e empresariais de cada um, através do desenvolvimento de competências específicas, em várias áreas do conhecimento, recorrendo a uma metodologia que apela à aprendizagem partilhada e dinâmica, contando com “docentes de elite”, detentores de *know-how* e experiência comprovada nas matérias que lecionam.

Estes Programas integram, ainda, a realização de um conjunto de visitas de estudo que procuram fazer a ligação entre a abordagem efetuada nas várias sessões e a realidade.

Em 2017 realizou o Curso de Especialização em Gestão Portuária (4ª edição), o qual integrou nove (9) participantes, oriundos quer de Portugal (APL, APS, Revista Cargo e Individual), quer do estrangeiro (Cabo Verde e Moçambique).



Avaliação Psicológica



No âmbito das suas valências, a Fernave disponibiliza um conjunto de serviços de recrutamento e avaliação psicológica, através dos quais pretende apoiar as empresas na identificação e seleção dos profissionais mais adequados às suas necessidades, bem como no seu posterior acompanhamento, com base nos processos, técnicas e metodologias de recrutamento e avaliação mais adequados a cada situação (utilizando instrumentos de diagnóstico computadorizados – VTS | Sistema de Testes de Viena), potenciando o trinómio pessoa – função - organização.

Durante o ano foram realizados, nesta área de intervenção, aproximadamente setecentos e cinquenta (750) exames, para:

- Empresas, tendo em conta as suas necessidades de seleção (em processos de recrutamento) e avaliação dos que consigo colaboraram, nomeadamente por questões de segurança no exercício de funções e,
- Individuais, cumprindo as exigências e requisitos legais para o exercício de determinadas profissões, como sejam o caso dos condutores que exercem a profissão seja de motorista, sejam de maquinista conforme seja no modo rodoviário e ferroviário.
- Funções diversas, nomeadamente: Maquinista CP, Operador de Revisão e Vendas, Inspetor Comercial, Agente de Tráfego, Maquinistas (ML), Inspetor Chefe de Tração, Agentes de Acompanhamento, Maquinistas Práticos, Marinheiros, Assistente Operacional, Motorista de Táxi, Operador de Call Center, e para um conjunto alargado de Clientes: CP, Autocoope, Medway, ML, Transtejo, Neopul, Mota-Engil, CME, Câmara Municipal de Oeiras, entre outros.

A atividade incidiu nas seguintes áreas:

- Exames de seleção;
- Exames de Reconversão e de Controlo Especial de Desempenho;
- Exames de Controlo Periódico;
- Exames para a obtenção e a revalidação da habilitação à condução, conforme exigência legal do IMT.

Importa referir que a Fernave foi a entidade selecionada para dois concursos externos (por

procedimento de Ajuste Direto), nesta área de intervenção:

- Avaliação Psicológica de candidatos a Agentes de Tráfego, para o Metropolitano de Lisboa;
- Serviços de Seleção de Maquinista Prático e Marinheiro, para a Transtejo.

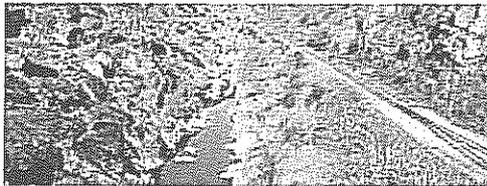
Sistema de Mobilidade do Tua

A construção do Aproveitamento Hidrelétrico da Foz do Tua (AHFT) implicou: (a) a desativação da Linha do Tua, mais concretamente entre a Estação da Foz do Tua e a Barragem (numa extensão de 1,9 km) e (b) a submersão de 19 km de linha férrea, entre a Barragem e a Estação da Brunheda.

Face aos efeitos referidos, a Declaração de Impacte Ambiental (DIA), emitida em 11 de Maio de 2011, relativa ao projeto AHFT, indicou como condicionante e medida de compensação, a apresentação, construção e implementação de um projeto que “assegure os interesses e a mobilidade das populações locais e potencie o desenvolvimento socioeconómico e turístico do troço da Linha do Tua a inundar”.

Na sequência da sua aprovação e da celebração do Protocolo entre a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. (EDPP), a ADRVT – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A., a Comboios de Portugal, E.P.E., a Câmara Municipal de Mirandela e o IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., em 31 de Março de 2011, foi desenvolvido, sob a égide da ADRVT, o projeto de mobilidade do Tua, denominado de “Sistema de Mobilidade do Tua” (SMT).

Este sistema (SMT) visa assegurar, de forma integrada, a mobilidade entre a Estação Ferroviária do Tua e Mirandela, englobando os percursos/troços que estabelecem a ligação entre a Estação Ferroviária do Tua e Mirandela, combinando um troço rodoviário, um troço fluvial e um troço ferroviário.



Revendo na Fernave uma empresa detentora de *know-how* e experiência

nestas áreas, duas das entidades envolvidas no projeto contactaram-nos para a apresentação de propostas quer no âmbito da licença de operador ferroviário e respetivo certificado de segurança, quer da conceção de um sistema de acompanhamento, monitorização e supervisão da subconcessão, tendo as propostas sido adjudicadas.



Os trabalhos tiveram início em meados do ano e encontram-se em progresso.

Além Fronteiras

Em parceria com a sua participada Transcom (Moçambique), a Fernave divulgou um conjunto de cursos no mercado Moçambicano, promovendo sinergias e colmatando lacunas na qualificação de profissionais neste país. Falamos de cursos como: Lean Management, Gestão Logística, Modelação de Sistemas de Transportes, Condução Segura, Condução Defensiva e Formação Inicial Pedagógica de Formadores.

2.3 Indicadores

Neste ponto damos uma imagem quantitativa do que foi a atividade desenvolvida pela Fernave no decurso de 2017.

2.3.1 Atividade Global por Áreas de Intervenção

Apesar do incremento no número de ações realizadas face ao ano anterior (+35%), 2017 registou um menor número de horas de formação (- 48%), às quais correspondeu um volume de formação igual a 81.301 H.F (- 56%), uma vez que grande parte das ações realizadas foram de "curta duração", como seja o caso dos cursos: Comportamentos de Segurança e Nova Regulamentação RGS I, com a duração de um dia (7 horas).

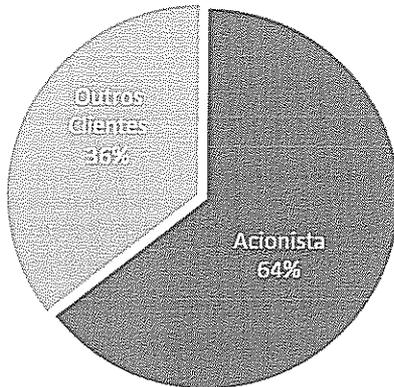
Durante o ano, participaram em ações de formação na Fernave, 3.681 formandos, oriundos de várias empresas, mas também particulares (mais na área rodoviária), correspondendo a um incremento de cerca de 32%.

Passada a fase de recrutamento externo levado a cabo pelas empresas nossas Clientes no ano transato, a atividade no âmbito da psicologia (exames de seleção, de controlo periódico e de avaliação psicológica) realizou 742 exames, correspondendo a uma redução face a 2016, mas sensivelmente idêntico a 2015.

Atividade	Unid.	Quant.		
		2017	2016	2015
Formação				
Ações	Nº	410	303	369
Participantes	Nº	3.681	2.796	3.463
Horas	Nº	8.508	16.463	9.512
Volume de Formação	H.F	81.301	184.388	85.179
Recrutamento e Avaliação Psicológica				
Exames	Nº	742	1.084	794
Consultoria				
Projetos (autónomos)	Nº	2	3	8

2.3.2 Formação

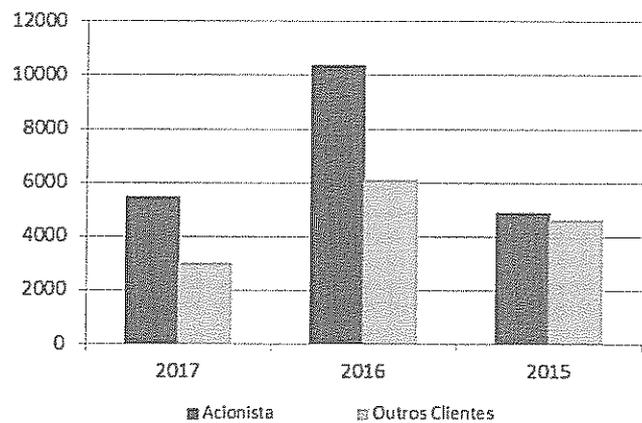
Estrutura de Clientes



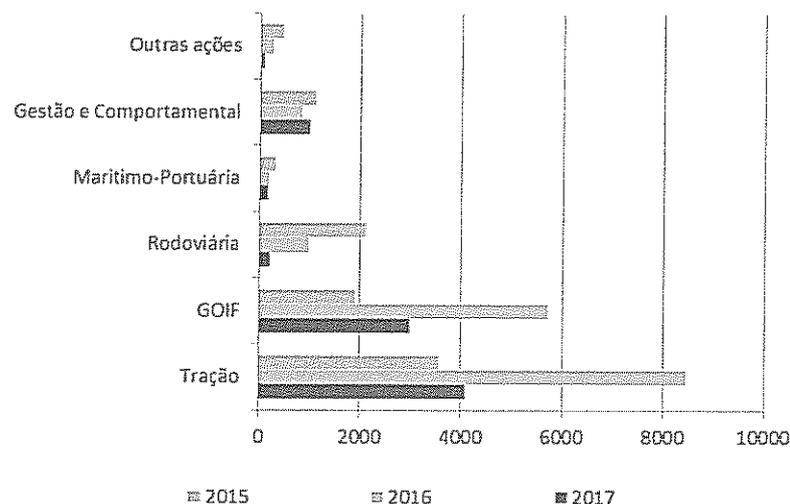
Em termos de estrutura, a carteira de Clientes (com base no número de horas de formação ministradas), manteve a tendência do ano transato, registrando um maior peso do Acionista, com 64% do número de horas de formação realizadas, correspondendo 36% aos Outros Clientes.

Número de Horas de Formação por Tipo de Cliente

Face ao ano anterior, o número de horas de formação ministradas, tendo reduzido, tal verificou-se para ambos os tipos de Cliente: Acionista e Outros Clientes.



Número de Horas de Formação por Área de Conhecimento



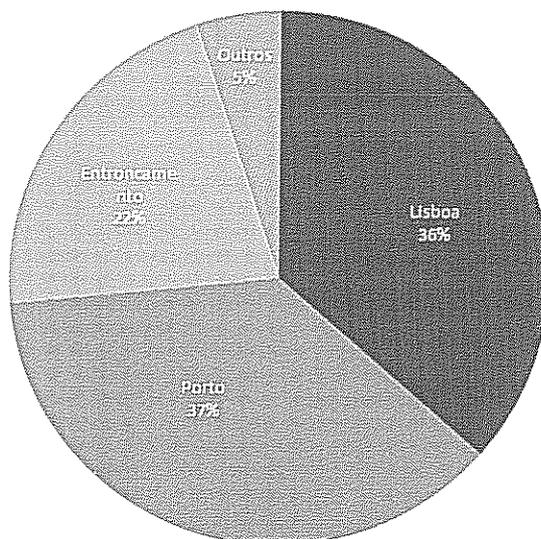
Tendo como base a repartição interna por áreas de conhecimento / competências, o maior volume de horas de formação ministradas registou-se nas áreas da "Tração" (48,1%) e da "Gestão de Operações e Instalações Fixas" (35%).

Refira-se que a área "Gestão e Comportamental" registou um crescimento de cerca de 16%, como resultado de ações como a *Excelência no Atendimento a Clientes* ou o *Conhecer o Negócio CP*.

Número de Horas de Formação por Local e Instalações

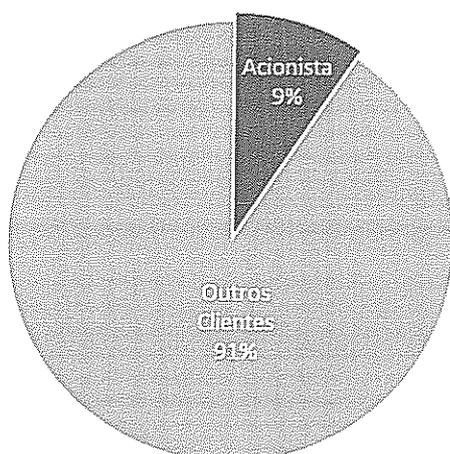
Geograficamente, as ações realizadas (medidas em horas de formação), foram ministradas entre Lisboa (36%), Porto (37%) e Entroncamento (22%), sendo que as restantes 5%, correspondem a ações realizadas em e-learning.

Do total de horas de formação ministradas, 32% foram realizadas nas instalações dos Clientes.



2.3.3 Recrutamento e Avaliação Psicológica

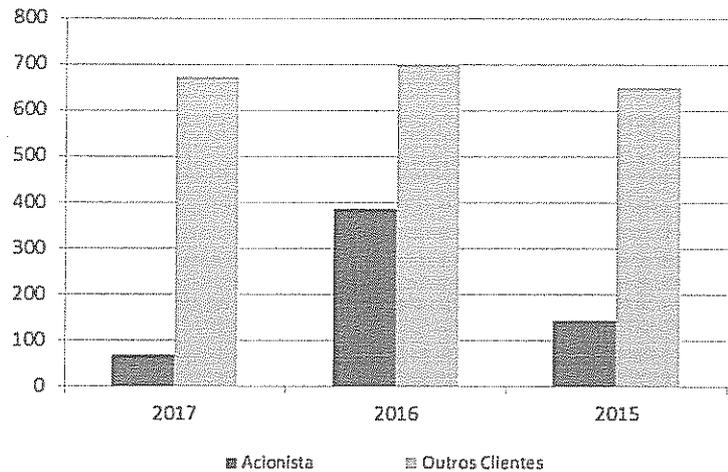
Estrutura de Clientes



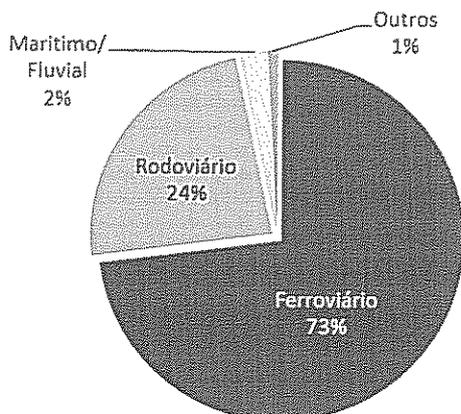
Mantendo a tendência dos anos anteriores, os Outros Clientes têm maior peso na estrutura de Clientes, representando em 2017, 91% do total (avaliados quanto ao número de exames realizados) [2016: 64%].

Número de Ações por Tipo de Cliente

Face ao ano transato, ano em que, face a uma retoma da possibilidade de concretizar novas admissões (nomeadamente em empresas do SEE), se verificou um acréscimo significativo do número de exames de seleção, 2017 registou um decréscimo (em especial no Cliente Acionista).



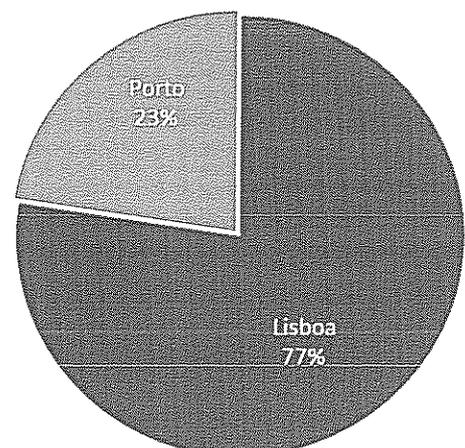
Número de Exames por Setor



Sectorialmente, continua a ser o setor ferroviário, o que mais recorre aos serviços da Fernave no âmbito da realização de exames psicológicos (73% do total de exames realizados). Segue-se o setor rodoviário, o marítimo-fluvial e por último os Outros (que engloba, por exemplo, exames para profissionais de Camaras Municipais).

Número de Exames por Local

Em termos de local de realização dos exames, estes repartiram-se entre Lisboa e Porto, tendo sido realizados em Lisboa cerca de 77% do número de exames.



2.4 Ações de suporte à atividade

Internamente deu-se continuidade a um conjunto de ações tendentes a garantir a qualidade do serviço que prestamos, numa perspetiva de melhoria contínua e de divulgação da Fernave e atividade que desenvolve para o exterior.

Sistema de Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua

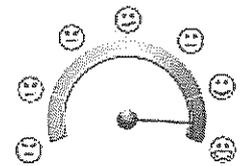
Assegurou-se a continuidade de implementação de processos, procedimentos, modelos e registos ditados pelo "sistema de gestão de qualidade" (SGQ).

Materiais Pedagógicos

Deu-se continuidade à atualização de conteúdos, adaptação e rejuvenescimento da imagem dos materiais pedagógicos, nomeadamente os Manuais de Formação, no âmbito das ações de melhoria contínua.

Satisfação dos Clientes

Como resultado da Avaliação de Reação aplicada em cada ação de formação realizada (através do **Questionário de Satisfação Individual**), seu tratamento e análise, verificamos que, em média, os participantes no conjunto de ações levadas a cabo durante 2017, consideram que as mesmas são Boas (obtendo-se um valor de **4,4 pontos numa escala de 1 (Mau) a 5 (Muito Bom)**).



Comunicar e Divulgar

No âmbito da sua estratégia de comunicação, verificou-se a habitual divulgação de serviços, a edição da *newsletter*, a participação regular na *Flash CP*, e a revisão e atualização sistemática de peças de comunicação como o site, o portfólio e o catálogo de formação.

Inovação: Novos Produtos / Serviços

Atenta à realidade do setor e às necessidades das empresas e seus profissionais, nomeadamente ao nível da qualificação e desenvolvimento de competências, durante o ano a Fernave concebeu um novo curso de formação - Via Férrea: Materiais, Geometria e Análise de Registos; direcionado para profissionais que pretendam adquirir/atualizar competências, ou iniciar uma carreira na área da construção e manutenção das vias férreas.

Tendo como fundamento os trágicos acontecimentos ocorridos em Portugal (resultado dos fogos em Junho e Outubro) e percebendo que existe algum gap de competências nesta área do conhecimento, iniciou também a conceção de um curso vocacionado para a gestão de emergências: Gestão para Resiliência a Desastres. Prevê-se o mesmo possa ser lançado durante o 1º trimestre de 2018.

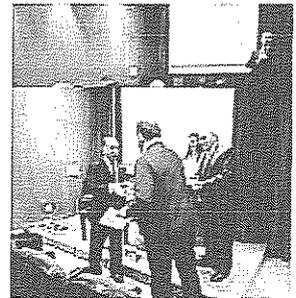
Paralelamente, submeteu ao IMT o pedido de homologação dos cursos de:

- Formação Complementar de Agentes de Acompanhamento de Comboios para Candidatos Oriundos do Curso de Maquinistas;
- Reciclagem para Piloto de Via Interdita
- Reciclagem para Conductor em Via Interdita do Tipo 1 e Tipo 2.

Xmas Fernave

Com um duplo objetivo, o encontro Xmas Fernave, procurou:

- por um lado, comemorar a época natalícia com todos os colaboradores,
- e por outro premiar (através da entrega de 7 Diplomas), com base num conjunto de critérios, os colaboradores externos que mais se destacaram durante o ano, em 5 áreas:
 - Formador interno e externo com mais horas de formação;
 - Formador interno e externo com mais horas de formação e melhor avaliação da formação;
 - Formador com mais edições de curso inovador;
 - Consultor com maior número de horas de consultoria afetas à área de segurança ferroviária;
 - Coordenador com melhor avaliação de Curso.



Para além de reunir os colaboradores Fernave e um conjunto de colaboradores externos, o encontro contou com a presença e participação do Presidente da CP (enquanto acionista da empresa) e do Administrador Único da Fernave.

O encontro serviu ainda para transmitir as orientações estratégicas e operacionais para 2018.

2.5 Capital Humano

No final do exercício de 2017 (31 de dezembro), a Fernave contava com 18 trabalhadores ao serviço, dos quais 5 estão em regime de cedência, sendo a empresa de origem, a CP - Comboios de Portugal. Relativamente a 2016 contabilizam-se menos dois elementos, encontrando-se um deles em funções autárquicas pelo período de 4 anos.

Reportando-nos a uma análise por Unidades de Negócio, é na atividade da Formação que existe um maior número de trabalhadores, cerca de 50 %. O Recrutamento e Psicologia têm afetos três trabalhadores e a área de Consultoria um trabalhador. Na área de Administração e Finanças encontram-se cinco trabalhadores.

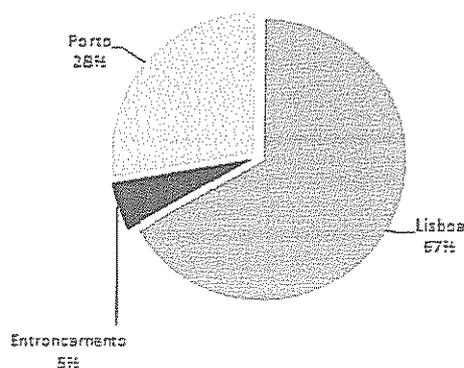
Áreas de Negócio	Tempo Indeterminado	A Termo	Total	%
Administração e Finanças	5	0	5	27,8%
Gabinete Formação	9	0	9	50,0%
Gabinete Recrutamento e Psicologia	3	0	3	16,7%
Gabinete Consultoria	1	0	1	5,6%
Secretariado	0	0	0	0,0%
Totais	18	0	18	100,0%

Nos pontos seguintes procede-se à caracterização do atual quadro de pessoal.

Distribuição geográfica

Em 2017 a Fernave abandonou as instalações arrendadas que mantinha no Entroncamento. Essa saída não implicou contudo o abandono da atividade naquela região. Para isso prevê manter ações de formação que serão dadas nas instalações do cliente e/ou em salas cedidas pelo Museu Ferroviário através de um protocolo existente entre a Fernave e o Museu.

Face à dispersão geográfica da Empresa, a repartição dos recursos humanos pelos Centros de Trabalho, reflete uma concentração em Lisboa (67%), seguindo-se o Porto (28%), onde atuam duas áreas de negócio (Formação e Recrutamento e Psicologia) e o Entroncamento (5%), onde só atua a Formação.

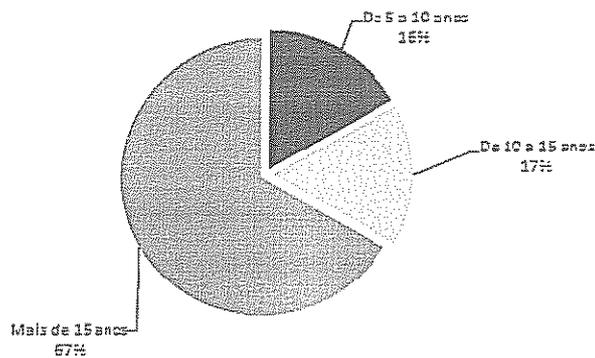


Habilitações literárias

Ao nível das habilitações literárias, 50% dos Colaboradores enquadram-se no Ensino Secundário e 50% no ensino superior.

Antiguidade

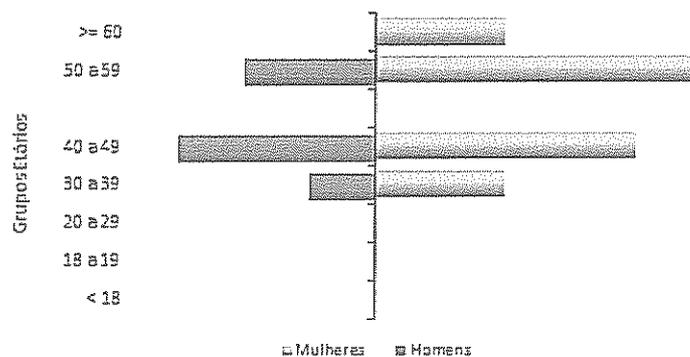
Em termos de antiguidade, a maioria dos Colaboradores está na Empresa há mais de 15 anos (67%), sendo que 17% está há mais de 10 anos.



Estrutura etária

Na estrutura etária da Fernave constata-se que cerca de 39% dos colaboradores têm idades compreendidas entre 40 e 59 anos, apresentando uma média etária de 48 anos.

Por outro lado, o efetivo da empresa é maioritariamente feminino: cerca de 72% dos Colaboradores.



Higiene e segurança

Na área da higiene e segurança, a Fernave continua a contar com a colaboração da Ecosaúde, S.A., Esta empresa é detida a 100% pela CP e é a entidade contratualmente responsável por essa matéria. É também a empresa que faz os exames médicos periódicos obrigatórios.

Taxas de Absentismo e de Trabalho Suplementar

Neste exercício, o volume de trabalho suplementar diminuiu para uma taxa de 0,013 % relativamente a 2016 (0,019 %).

A taxa de absentismo aumentou para uma taxa de 14,26 % devido a algumas baixas médicas de longa duração sendo uma delas de maternidade.

No exercício de 2017 não se registou qualquer acidente de trabalho.

2.6 Comunicação Empresarial

No âmbito da sua estratégia de Marketing e Comunicação, verificou-se a habitual divulgação de serviços, a edição da *newsletter* e a revisão e atualização sistemática de peças de comunicação como o *site*, o portfólio e o catálogo de formação.

No âmbito da celebração dos 25 anos da Fernave foram elaboradas algumas peças de comunicação, nomeadamente o "selo 25 anos".

É feita regularmente a atualização da informação constante do *site* institucional da Empresa, com o endereço www.fernave.pt, e dinamiza-se constantemente a página no *facebook* através da colocação de notícias e fotografias sobre seminários, cursos, processos de recrutamento e outros serviços prestados pela Empresa. Estamos também presentes na rede *LinkedIn*

2.7 Recursos Materiais e Tecnológicos

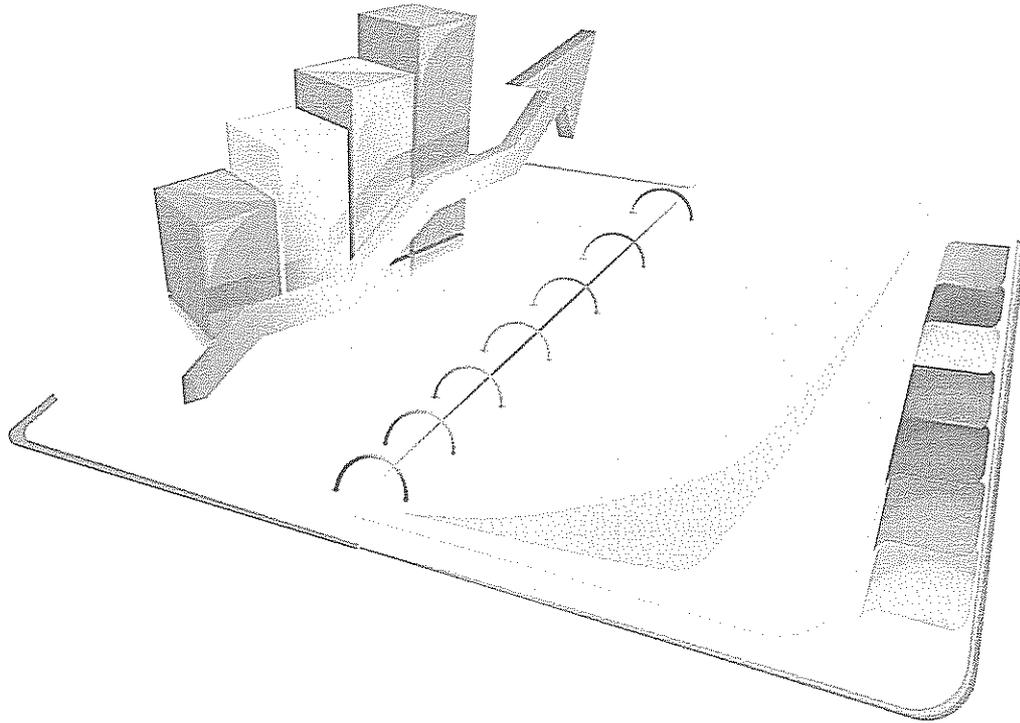
Ainda no âmbito da melhoria contínua, tendo em vista atualizar conteúdos, adaptar e rejuvenescer a imagem dos materiais pedagógicos, nomeadamente os manuais de Formação, deu-se continuidade a esta intervenção, tendo sido atualizados um conjunto significativo de manuais e apresentações.

Relativamente à atividade de recrutamento e psicologia, para além de ter afetas salas específicas para a realização de provas, utiliza-se o *software* Sistema de Testes de Viena (VTS) para avaliação psicológica assistida por computador.

A Fernave exerce atividade em três regiões:

- Lisboa (sede);
- Entroncamento;
- Porto (delegação).

Para a realização das atividades formativas, a Fernave disponibiliza cerca de onze salas de formação e um auditório (com capacidade para cerca de sessenta pessoas). Todas as salas estão apetrechadas com equipamentos de apoio e audiovisuais que permitem trabalhar conteúdos multimédia, cumprindo com exigências da DGERT e do IMT, enquanto entidade formadora certificada.



CAPÍTULO 3 | CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.1 Objetivos de Gestão

O aumento dos proveitos estimado para 2017 por via da entrada de novos acionistas não foi alcançado, dado que essa entrada não se efetivou. Os Gastos com Pessoal reduziram-se em cerca de 24 %, estimando-se uma redução maior em 2018.

Observou-se igualmente uma diminuição nos Fornecimentos e Serviços a Terceiros na ordem dos 44 %.

Esta redução de gastos, porém, não foi suficiente para compensar a perda de receitas, pelo que o resultado do ano é negativo.

3.2 Gestão do Risco Financeiro

A atividade financeira e operacional da Empresa não oferece risco financeiro relevante.

Não existem financiamentos bancários. O risco financeiro circunscreve-se à evolução das taxas de juro associadas aos empréstimos do acionista.

A taxa média de financiamento diminuiu ligeiramente devido a leves oscilações nas taxas de juro.

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	95.644 €	96.738 €	87.576 €	164.331 €	216.637 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,68%	3,72%	3,37%	6,31%	7,78%

3.3 Limite de crescimento do Endividamento

Passivo Remunerado (€)	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	valores (€)					valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	2.600.000 €	2.600.000 €	2.600.000 €	2.602.483 €	2.783.918 €	0	0
- dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	-	-
Endividamento ajustado	-	-	-	-	-	-	-

O financiamento obtido mantém-se no 2.600.000 €. Este financiamento provém do acionista.

3.4 Evolução do Prazo Médio e dos Atrasos de Pagamentos

Os quadros seguintes apresentam a evolução do prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores e os atrasos nos pagamentos (“arrears”).

A evolução negativa no prazo médio de pagamentos registada denota grandes dificuldades de tesouraria que a empresa enfrenta.

PMP a Fornecedores	2017	2016	variação 17/16	
			valor	%
Prazo (dias)	374	142	232	163%

Dívidas Vencidas	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquis.Bens e Serviços	63.088 €	18.621 €	107.544 €	169.832 €	52.592 €
Aquis.Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	63.088 €	18.621 €	107.544 €	169.832 €	52.592 €
Saldo em dívida a fornecedores (total)					411.676 €

No site da Fernave , no link <http://www.fernave.pt/index.php/institucional1/outras-informacoes>, está publicada a informação referente a este ponto.

3.5 Cumprimento das recomendações do Acionista

A Fernave procura dar cumprimento às recomendações do seu Acionista, sempre que elas ocorrem. Para 2017 o acionista recomendava um valor do EBITDA positivo que não foi cumprido pela razão já referida da redução da receita por não entrada de novos acionistas.

3.6 Remunerações e Outras Regalias

3.6.1 Dos Órgãos Sociais

Mandato 2017-2019

Administrador Único	Alfeu Pimentel Saraiva	Em acumulação com as funções exercidas na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. - n.º 4 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março
---------------------	------------------------	---

Mesa da Assembleia-geral

		Remunerações
Presidente	Maria Romana Vasconcelos	Em acumulação com as funções exercidas na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. - n.º 4 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março
Secretária	Manuela Gil Pereira	Em acumulação com as funções exercidas na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. - n.º 4 do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março

Fiscal Único

Efectivo	Luís Francisco Pereira Rosa, ROC n.º 713	
Suplente	Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC n.º 931	2.450 €/ano

Os membros da Mesa da Assembleia Geral e o Administrador Único não são remunerados, considerando que a sua eleição foi efetuada ao abrigo do n.º4 do art.º 20 do DL n.º 71/2007 de 27 de março, com a redação que lhe foi dada pelo DL n.º 8/2012 de 18 de janeiro.

O valor pago anualmente ao fiscal único é 2.450 €.

3.6.2 Do Auditor Externo

O serviço de auditoria é assegurado pela Sociedade Ribeiro, Lopes, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, S.A. através de contrato de prestação de serviços celebrado com o Acionista CP e o valor pago anualmente é 2.500 €.

3.6.3 Dos Restantes Trabalhadores

1. Remuneração	
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	301.627 €
1.2. Subsídios de férias e natal (€)	55.558 €
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1. + 1.2. - 1.3.) (€)	357.185 €
1.5. Senha de presença (€)	-
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	-
1.7. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	55.287 €
1.8. Diuturnidades (€)	15.667 €
1.9. Despesas Representação (€)	14.749 €
2. Outras regalias e compensações c/redução salarial	
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	2.592 €
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	1.652 €
2.3. Subsídio de deslocação/ Ajudas de Custo (€)	6.967 €
2.4. Subsídio de refeição (€)	28.157 €
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)	
Prémio de Produtividade	7.478 €
Prémio de Formação	4.920 €
Trabalho Suplementar	420 €
3. Encargos com benefícios sociais	
3.1. TSU (€)	101.897 €
3.2. Seguros de saúde (€)	5.778 €
3.3. Seguros de vida (€)	-
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	-
3.5. Outros (complemento de subsídio doença) (€)	2.013 €

ay

3.7 Aplicação do estatuto de Gestor Público

É aplicado na íntegra o disposto no Estatuto do Gestor Público, nomeadamente nos artigos 32^a e 33^a.

- Não existem cartões de crédito ;
- Não há reembolso de qualquer despesa que caia no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Não há pagamento de quaisquer despesas relacionadas com comunicações e ou viaturas;
- Não há despesas não documentadas ou confidenciais;

3.8 Remunerações pagas a Mulheres e Homens

No site da Fernave , no link <http://www.fernave.pt/index.php/institucional1/outras-informacoes>, encontra-se publicado o relatório sobre disparidade salarial de género.

3.9 Prevenção da corrupção

Dada a dimensão da empresa e da sua estrutura, não se elabora relatório sobre prevenção da corrupção. Este ponto encontra-se desenvolvido no capítulo VI – B do Relatório de Governo Societário.

3.10 Frota automóvel

A frota automóvel da Fernave é composta por duas viaturas. Não se registou qualquer alteração.

3.11 Contratação Pública

No âmbito das suas ações de contratação, a Fernave, dado o valor pouco expressivo das suas aquisições, adota o procedimento por ajuste direto, recorrendo na maioria dos casos a este ajuste no regime simplificado. Em muitas aquisições faz em conjunto com o acionista através de agrupamento (acionista e participadas).

Não obstante, e como boa prática de gestão, é procedimento instituído a solicitação de apresentação de proposta a, pelo menos, três entidades que apresentem garantias de execução do serviço e experiência comprovada, bem como, reduzir a escrito as suas contratações.

Todas as aquisições carecem de prévia autorização por parte da Administração .

Sistema Nacional de Compras Publicas

A Fernave, dado o estatuto de Empresa do Setor Empresarial do Estado não aderiu ao sistema Nacional de Compras públicas e Parque de Veículos do Estado.*

As compras são efetuadas por ajuste direto, cumprindo as formalidades previstas neste âmbito, no Código dos Contratos Públicos (caderno de encargos, convites, decisão pelo menor custo) e posteriormente comunicadas ao Portal “Base Gov”

A Fernave não possui plataforma eletrónica.

3.12 Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Verificou-se um acentuado decréscimo nos gastos operacionais, com especial ênfase nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros. Esta diminuição prende-se em grande parte à diminuição da atividade (diretamente relacionado com a rubrica de **Subcontratos**), pese embora se tenham registado decréscimos em rubricas como **Material de Escritório (-61,7 %)**, **Conservação e Reparação (-35 %)**, **Combustíveis (-46 %)**. A rubrica de **Rendas e Alugueres** diminuiu cerca de 69 % relativamente a 2016 porque não se verificaram alugueres de material circulante para formação, contrariamente a 2016 em que se verificaram diversos alugueres desta natureza, e pelo abandono das instalações no Entroncamento a partir de outubro.

Na rubrica de Honorários e Contencioso e Notariado estão contabilizados valores pagos ao advogado que representa a Fernave num processo em Moçambique que se prende com o DUAT (direito de superfície de um terreno) e respetivas despesas judiciais.

*A Fernave enquanto entidade que atua, em igualdade de circunstâncias, num mercado altamente concorrencial, solicitou um parecer ao escritório de advogados “MCS-M. Coelho da Silva & Associados”, em que estes defendem que a Empresa não estará sujeita ao Código dos Contratos Públicos em virtude dos seus contratos não serem “*de natureza, nem formal nem materialmente administrativos, e o seu objeto não se adequa a nenhuma das áreas de reserva de atuação pública*”,

Descrição	2017	2016	2015	2014	Var 17/16
Subcontratos	134.946 €	370.739 €	198.324 €	296.304 €	-63,6%
Trabalhos especializados	68.055 €	74.933 €	78.054 €	83.268 €	-9,2%
Publicidade e propaganda	50 €	25 €	3.353 €	1.697 €	100,0%
Vigilância e segurança	947 €	954 €	940 €	1.010 €	-0,7%
Honorários	8.795 €	0 €	385 €	10.178 €	
Conservação e reparação	3.048 €	4.695 €	5.575 €	17.474 €	-35,1%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.401 €	262 €	799 €	1.281 €	434,6%
Livros e documentação técnica	0 €	3.056 €	5.994 €	260 €	-100,0%
Material de escritório	2.974 €	7.769 €	4.420 €	5.011 €	-61,7%
Artigos de oferta	67 €	0 €	115 €	23 €	
Electricidade	12.926 €	12.238 €	20.981 €	16.080 €	5,6%
Combustíveis	814 €	1.507 €	2.356 €	4.236 €	-45,9%
Água	1.386 €	2.040 €	1.852 €	1.947 €	-32,1%
Deslocações e estadias	4.830 €	9.483 €	9.009 €	27.029 €	-49,1%
Rendas e alugueres- edifícios	49.198 €	54.947 €	50.658 €	50.750 €	-10,5%
Rendas e alugueres-Viaturas	7.902 €	6.752 €	11.034 €	8.954 €	17,0%
Rendas e alugueres-Outros	28.143 €	91.865 €	21.013 €	20.860 €	-69,4%
Comunicações	17.358 €	19.485 €	22974,95	32286,59	-10,9%
Seguros Gerais	23.439 €	24.303 €	27.061 €	28.164 €	-3,6%
Seguros Viaturas	1.425 €	1.480 €	1.508 €	2.535 €	-3,7%
Contencioso e notariado	4.648 €	405 €	613 €	1.829 €	1046,6%
Despesas de representação	873 €	0 €	127 €	1.964 €	
Serviços de Limpeza	15.918 €	19.470 €	17.939 €	17.651 €	-18,2%
FSE Outros	20.967 €	26.680 €	14.707 €	16.322 €	-21,4%
	410.108 €	733.088 €	499.790 €	647.115 €	-44,1%

PRC	2017	2016	2015	Variação 2017/2016	
				Absoluta	%
EBITDA	(162.571)	74.115 €	(306.514)	-236.686 €	-315%
FSE	410.109 €	733.088 €	499.790 €	-322.979 €	-44%
Gastos com Pessoal	608.550 €	796.142 €	948.819 €	-187.592 €	-24%
Indeminizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	0 €	
Impacto da reversão das red.remun.	0 €	9.392 €	26.724 €	-9.392 €	-100%
Impacto da aplicação dos artº20 e 21º da LOE 2017	1.501 €			1.501 €	
Gastos operacionais	1.018.659 €	1.519.838 €	1.421.885 €	-501.180 €	-33%
Volume de Negócios	700.238 €	1.743.250 €	864.610 €	-1.043.012 €	-60%
Peso dos Gastos no VN (%)	145%	87%	164%		
Comunicações	17.358 €	19.485 €	22.975 €	-2.127 €	-11%
Deslocações e estadas	4.830 €	9.483 €	8.084 €	-4.653 €	-49%
Ajudas de Custo	6.967 €	8.918 €	5.640 €	-1.951 €	-22%
Gastos com viaturas	15.747 €	14.969 €	18.752 €	779 €	5%
Total	44.902 €	52.855 €	55.451 €	-7.952 €	-15%
Nº total de RH	18	21	29	-3	-14%
Nº órgãos sociais (OS)	1	1	1	0	0%
Nº Cargos de direção (CD)	2	2	5	0	0%
Nº trabalhadores(sem OS e sem CD)	16	18	23	-2	-11%
Nº trabalhadores/Nº CD	8	9	4,6	-1	-11%
Nº de viaturas	2	2	3	0	0%

A rubrica de Gastos com Viaturas sofreu um aumento de cerca de 5 % , relativamente a 2016, ano em que foram feitos acertos resultantes do prolongamento do contrato de renting. Em 2017 não houve qualquer acerto.

3.13 Ao Nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A movimentação de contas bancárias junto da Banca Comercial mantém-se pela necessidade de recorrer ao seu apoio financeiro, quando necessário,

A Fernave dispõe de uma conta bancária junto do IGCP que, pelo ofício nº 18054, autorizou que para os anos de 2017 e 2018 se possam efetuar algumas operações na banca comercial, nomeadamente:

- os valores para carregamento de cartões refeição (conta Millennium BCP)
- as cobranças efetuadas através da utilização da vertente credora dos débitos diretos;
- os valores inerentes ao serviço dos contratos de *leasing*, *factoring* e afins e dos empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo);

- os valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

Ao longo de 2017 foi-se intensificando a utilização da Conta no ICGP em detrimento da Banca Comercial.

A conta no Novo Banco mantém-se pela necessidade de dispor de dois Terminais de Pagamento Automático. Estes terminais já foram requisitados ao ICGP e assim que fornecidos e ativados a conta no Novo Banco será encerrada.

Não se recebeu durante 2017 qualquer juro proveniente de aplicações financeiras por inexistência das mesmas.

3.14 Recomendações de Tribunal de Contas

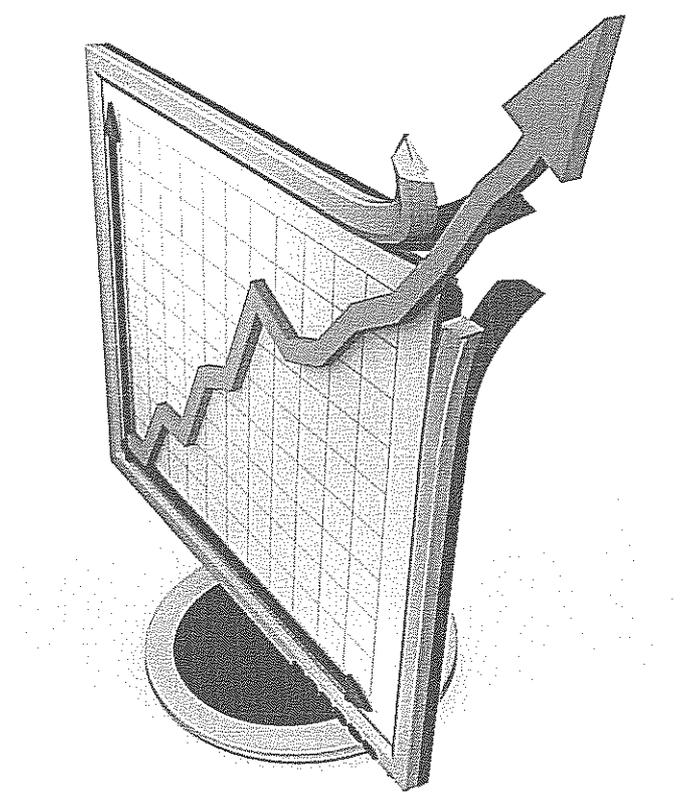
Não existem recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou outras Entidades de fiscalização.

3.15 Informação a constar no site SEE

A informação no site do SEE não é aplicável à Fernave.

3.16 Quadro Resumo

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Plano de Atividade e Orçamento					
Objetivo 1: aumento proveitos		X		700.238 €	Ponto 3.1
Objetivo 2 :redução Gastos com Pessoal	X			610.051 €	
Objetivo 3: redução FSE	X			410.109 €	
Metas a atingir constantes do PAO 2017		X			
Entrada de novos acionistas		X			
Equilíbrio operacional		X		-186.503,00 €	Ponto 3.1
Gestão do Risco Financeiro	X				Ponto 3.2
Limites de Crescimento do Endividamento	X			0,00%	Ponto 3.3
Evolução do PMP a fornecedores		X		374 dias	Dificuldades tesouraria Ponto 3.4
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X		411.676 €	
Recomendações do acionista					
Recomendação 1: EBITDA > 0		X		-162.571 €	Ponto 3.5
Remunerações					Ponto 3.6
Não atribuição de prémios de gestão	X				
CA- Reduções remuneratorias vigentes 2017			X		
Fiscalização- reduções remuneratorias			X		
Auditor Externo- redução remuneratoria			X		
Trabalhadores - proibição de valorizações remunerações	X				
Artigo 32º do EGP					Ponto 3.7
Não utilização de cartão de crédito	X				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	X				
Promoção de igualdade salarial entre homens e mulheres	X			http://www.fernave.pt/magas/2017/relatorio_disparidade_salarial_de_genero	
Elaboração e divulgação do relatório sobre prevenção da corrupção			X		Ponto 3.9
Contratação Pública					Ponto 3.11 e 3.12
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação			X		Ponto 3.14
Parque automóvel					
Nº de viaturas	X			Mantém 2	Ponto 3.10
Gastos operacionais	X			ver quadro PRC	Ponto 3.12
Princípio da Unidade de Tesouraria					Ponto 3.14
Disponibilidades e aplicações IGCP				35.107,00 €	Ponto 3.13
Disponibilidades e aplicações na banca comercial				6.053 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado				0 €	



CAPÍTULO 4 | ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2017 foi obtido um Resultado Operacional negativo de -186.503 € €. De igual modo, o EBITDA foi negativo em -162.571 €. O resultado líquido, diminuiu para -287.288 € (-58.574 € em 2016). Este resultado ficou a dever-se á substancial diminuição dos proveitos.

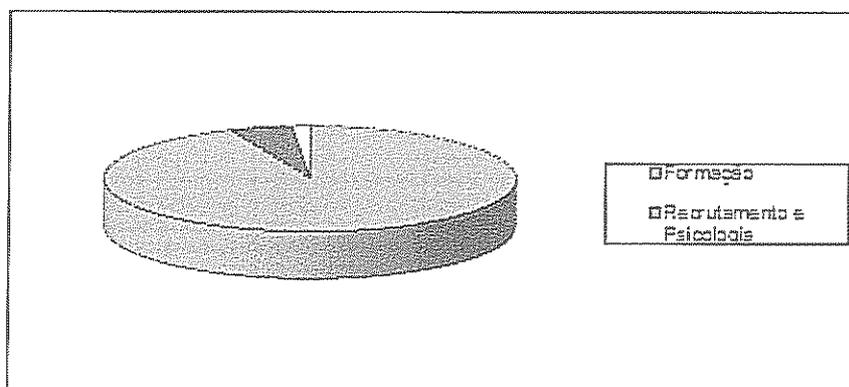
O rácio de cobertura das principais rubricas de gastos operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) pelo volume de negócios situou-se nos 69 %, representando uma acentuada diminuição face ao valor registado em 2016 (113 %).

Análise Económica

Em 2017 registou-se um significativo decréscimo da atividade. Em termos globais esse decréscimo foi de 60 % e foi mais acentuado na área da consultoria (84 %) e da Formação (59 %).

Proveitos	2017	2016	Variação 2017/2016	
			Valor	%
Formação	650.586 €	1.607.508 €	-956.922 €	-59,5%
Psicologia	34.566 €	67.881 €	-33.315 €	-49,1%
Consultoria	10.300 €	66.901 €	-56.601 €	-84,6%
Outros Serviços	4.786 €	960 €	3.826 €	398,5%
	700.238	1.743.250	-1.043.012	-59,8%

Relativamente ao peso de cada área na estrutura dos proveitos a Formação representa cerca de 93 %.



Refletindo sobre o tipo de Cliente, conclui-se que o volume de negócios gerado pelos clientes de mercado (ou seja, não acionista) representou 37% da faturação em 2017, o que representou um ligeiro decréscimo face aos 42% registados em 2016. O principal cliente continua a ser o acionista.

2016 / Área de Negócio	Tipo de Cliente		Total
	Não Acionista	Acionista	
Formação	619.969 €	987.539 €	1.607.508 €
Recrutamento e Psicologia	42.391 €	25.490 €	67.881 €
Consultoria	66.901 €		66.901 €
Outros	960 €		960 €
Total	730.222 €	1.013.029 €	1.743.250 €
	42%	58%	

2017 / Área de Negócio	Tipo de Cliente		Total
	Não Acionista	Acionista	
Formação	219.296 €	431.290 €	650.586 €
Recrutamento e Psicologia	28.659 €	5.907 €	34.566 €
Consultoria	10.300 €	0 €	10.300 €
Outros	1.836 €	2.950 €	4.786 €
Total	260.091 €	440.147 €	700.238 €
	37%	63%	

Da análise do quadro referente a gastos verificou-se uma redução na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (44 %), associado em grande parte à diminuição da atividade da empresa

A rubrica de Gastos com Pessoal sofreu um decréscimo (24 %) devido ao regresso à empresa de origem de um formador cedido e ao fato de uma colaboradora se encontrar a desempenhar funções numa autarquia. A cedência de várias pessoas que se registou em 2016 teve ainda um forte impacto em 2017 (as cedências foram em agosto de 2016).

Gastos	2017	2016	Euros	
			Varição 2017/2016 Valor	%
Fornecimentos e Serviços Externos	(410.109)	(733.088)	322.979	44,1%
Gastos com Pessoal	(610.051)	(805.534)	195.483	24,3%
Imparidade de Dívidas e Receber (perdas/reversões)	1.015	7.506	(6.491)	-86,5%
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)	17.166	(111.101)	128.267	115,5%
Gastos /Reversões de Depreciação e de Amortização	(23.932)	(24.217)	285	1,2%
Outros Gastos e Perdas	(12.411)	(36.370)	23.959	65,9%
	-1.038.322	-1.702.805	664.483	39,0%

A empresa apresentou um Cash-Flow Operacional positivo de 2.669 € o que representa um decréscimo significativo relativamente a 2016. O fluxo de caixa das atividades operacionais em 2017 ficou negativo em 94.136 €.

Rubricas	(euros)	
	2017	2016
Fluxos de Caixa Operacional		
Recebimentos de clientes	1.015.791	1.842.125
Pagamentos a fornecedores	(384.030)	(580.069)
Pagamentos ao pessoal	(629.092)	(823.014)
Caixa gerada pelas operações	2.669	439.043
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento	-	(15.099)
Outros recebimento/pagamentos	(96.805)	(279.931)
Fluxos de caixa das activid.operac.	(94.136)	144.013

Prazo Médio de Recebimentos

A empresa tem vindo a fazer um esforço no sentido de reduzir os prazos médios de recebimentos, objetivo esse não conseguido em 2017.

Prazo Médio Recebimentos			
	2017	2016	2015
PMR (dias)	74	51	63

Financiamento

Descrição	31-12-2017	31-12-2016	Var 17/16
Passivo não corrente			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	-	-	-
Empréstimos bancários	-	-	-
Loações financeiras	-	-	-
Participantes de capital	-	-	-
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	-	-	-
Passivo corrente			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	-	-	-
Empréstimos bancários	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-
Loações financeiras	-	-	-
Participantes de capital	-	-	-
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	2.600.000 €	2.600.000 €	-
	2.600.000 €	2.600.000 €	0,0%
	2.600.000 €	2.600.000 €	0,0%

Os financiamentos do acionista no final do ano ascendiam a 2,6 milhões, valor idêntico a 2016. O custo médio do financiamento no ano foi ligeiramente inferior ao de 2016 devido às oscilações favoráveis da taxa de juro. (ver pontos 3.2 e 3.3)

Este empréstimo encontra-se vencido e aguarda decisão da tutela relativamente á proposta apresentada de reestruturação da empresa.

Análise Financeira

No final de exercício, os Capitais Próprios da Empresa apresentam um valor negativo no montante de 3.186.959 €. Deste valor destaca-se o montante de resultados transitados que ascende a -6.972.158 €.

ATIVO

Das contas do Ativo, cujo valor é inferior ao de 2016, destaca-se:

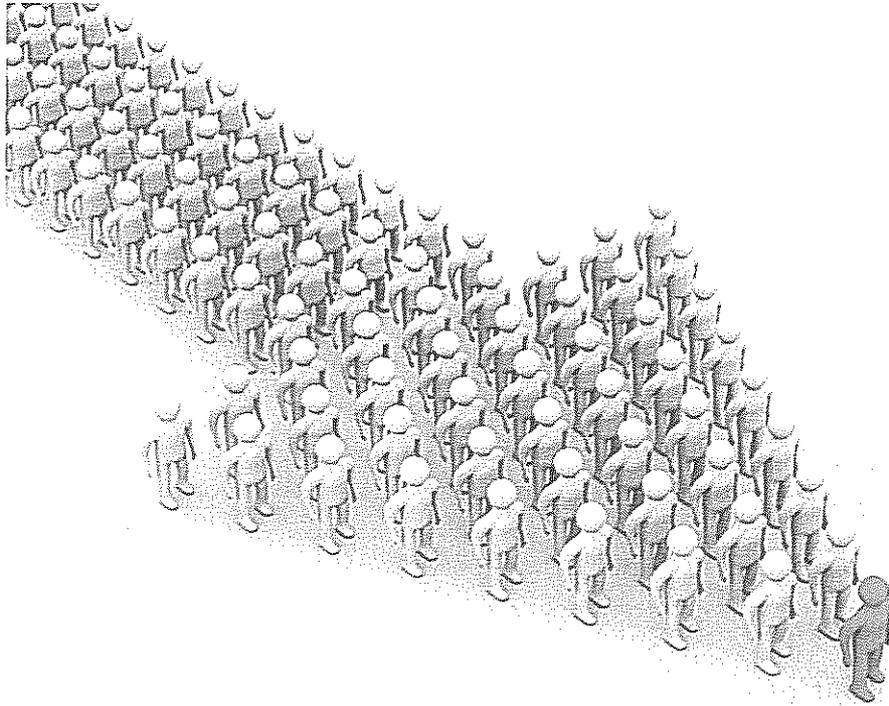
- Ligeiro aumento das participações financeiras de 209.890 € para 227.056 €;
- Durante o exercício de 2017 não houve qualquer investimento;
- Diminuição na rubrica de clientes, relativamente a 2016;
- Diminuição das disponibilidades;

PASSIVO

O total do Passivo, no valor de 3.689.352 € sofreu uma ligeira variação relativamente a 2016, cujo valor se situou em 3.592.634 €.

- Aumento no saldo da conta de fornecedores, maioritariamente composto pela dívida ao acionista;
- Outras dívidas a pagar: a redução deve-se sobretudo à regularização de valores especializados em 2016 e que se verificou serem excessivos e à redução do número de efetivos da empresa.
- Está contabilizado o valor de 78.678 € na rubrica de diferimentos que diz respeito a formação que se vai realizar em 2018.

Wz



CAPÍTULO 5 | PERSPETIVAS PARA O FUTURO

No seguimento da reorganização interna do modelo de funcionamento da Fernave, decidida conjuntamente com a acionista única, espera-se que a atividade a desenvolver em 2018 permita que se alcance a sustentabilidade económica e financeira.

Para tal, os recursos humanos foram diminuídos, quer pela negociação com duas colaboradoras que aceitaram rescindir a sua ligação à Empresa, quer por fazer regressar à CP alguns colaboradores que estavam cedidos a tempo inteiro.

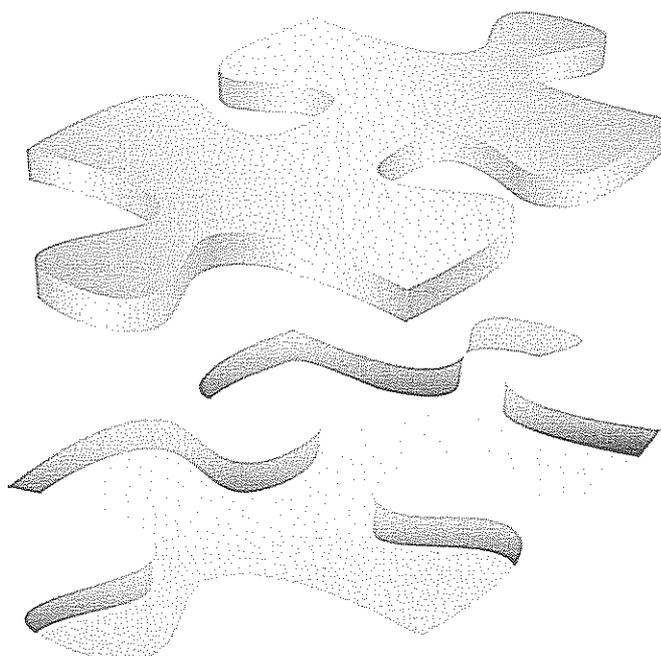
Com esta reorganização, e com a possibilidade negociada com a CP de ceder por períodos curtos e temporários alguns trabalhadores de que a Fernave necessite, aligeira-se a base de gastos, passando a ter carácter variável aquilo que era um gasto fixo, por vezes excedentário para a atividade desenvolvida.

Em complemento a esta vertente de recursos humanos realça-se a decisão, entretanto já tomada em 2018, de abandonar as instalações fixas arrendadas no Porto, que acresce à saída em 2017 das instalações no Entroncamento, igualmente arrendadas, bem como à transferência até ao final do 1º trimestre de 2018 da atividade das instalações da R. Castilho, em Lisboa, para novas instalações cedidas pela CP na Calçada do Duque, também em Lisboa.

Esta reorganização de locais de trabalho trará, assim se espera, uma redução muito significativa nos gastos com instalações e criará condições para que o pessoal da Fernave se foque no que é o seu core, a gestão do conhecimento do sector dos transportes e da logística, contribuindo para aumentar a qualificação das pessoas e certificando as suas competências.

Todas estas medidas, que terão impacto na performance económica, serão complementadas na ótica financeira com medidas propostas pela acionista às suas Tutelas, como sejam a conversão em instrumentos do capital próprio de créditos sobre a Fernave e reforçar também os capitais próprios com a realização em numerário de uma dotação que permitirá ultrapassar a crónica situação de tesouraria deficitária.

Enfrenta-se em 2018 um grande desafio, mas espera-se que o conjunto das medidas definidas possibilite à Fernave a manutenção em carteira do núcleo dos seus clientes chave, melhorando a qualidade dos serviços prestados, particularmente na área da formação profissional, e obtendo operacionalmente resultados, pelo menos, equilibrados.



CAPÍTULO 6 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor negativo de 287. 288 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 7 de março de 2018

O Administrador Único



Alfeu Pimentel Saraiva



CAPÍTULO 7 | CONTAS DO EXERCÍCIO

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	130.168	146.708
Outros investimentos financeiros	9	227.056	209.890
		357.224	356.598
Ativo corrente			
Clientes	11	58.215	116.250
Estado e outros entes públicos	12	25.941	25.941
Outros créditos a receber	13	8.375	3.068
Diferimentos	14	13.247	13.931
Caixa e depósitos bancários	5	39.391	177.175
		145.169	336.365
Total do ativo		502.393	692.963
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	3.200.000	3.200.000
Outras reservas	17	822.487	822.487
Resultados transitados	18	(6.972.158)	(6.913.584)
		(287.288)	(58.574)
Resultado líquido do período		(287.288)	(58.574)
Total do capital próprio		(3.186.959)	(2.899.671)
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	21	479.736	335.347
Adiantamentos de clientes	22	374.000	374.000
Estado e outros entes públicos	12	62.361	66.787
Financiamentos obtidos	19	2.600.000	2.600.000
Outras dívidas a pagar	20	94.577	216.500
Diferimentos	14	78.678	
		3.689.352	3.592.634
Total do passivo		3.689.352	3.592.634
Total do capital próprio e do passivo		502.393	692.963

O Administrador Único

Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Demonstração individual dos resultados por naturezas
 Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	23	700.238	1.743.250
Fornecimentos e serviços externos	24	(410.109)	(733.088)
Gastos com o pessoal	25	(610.051)	(805.534)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	1.015	7.506
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	26	17.166	(111.101)
Outros rendimentos	27	151.581	9.452
Outros gastos	28	(12.411)	(36.370)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(162.571)	74.115
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	(23.932)	(24.217)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(186.503)	49.898
Juros e gastos similares suportados	30	(95.644)	(96.738)
Resultado antes de impostos		(282.147)	(46.840)
Imposto sobre o rendimento do período	10	(5.141)	(11.734)
Resultado líquido do período		(287.288)	(58.574)

O Administrador Único



Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado



Elisabete Gonçalves Bettencourt

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	PERÍODOS	
	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.015.791	1.842.125
Pagamentos a fornecedores	(384.030)	(580.069)
Pagamentos ao pessoal	(629.092)	(823.013)
Caixa gerada pelas operações	2.669	439.043
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(15.099)
Outros recebimentos/pagamentos	(96.805)	(279.931)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(94.136)	144.013
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(1.584)	
Ativos intangíveis	(8.104)	(8.104)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	14.808	67
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	5.120	(8.037)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(48.767)	(53.211)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(48.767)	(53.211)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(137.783)	82.765
Efeito das diferenças de câmbio	(1)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	177.175	94.410
Caixa e seus equivalentes no fim do período	39.391	177.175

O Administrador Único



Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado



Elisabete Gonçalves Bettencourt

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

NOTAS	DESCRIÇÃO	Euros						Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Outras Instrumentos de Capital Próprio	Outras reservas	Reservas transferidas	Resultado líquido do período	Total	
1	Posição no início do período 2016	50.000	3.200.000	822.487	(6.429.063)	(483.721)	(2.841.097)	(2.841.097)
	Alterações no período							
	Primeira adoção do novo referencial contabilístico							
	Alterações de políticas contabilísticas							
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos variações							
	Excedente de revalorização de activos fixos intangíveis e respectivos variações							
	Ajustamentos por impostos diferidos							
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
2	Resultado líquido do período				(483.721)	483.721		
3	Resultado Integral				(483.721)	483.721		
4 = 2 + 3	Operações com detentores de capital no período							
	Realizações de capital							
	Realizações de prémios de emissão							
	Distribuições							
	Entradas para cobertura de perdas							
	Outras operações							
5	Posição no fim do período 2016	50.000	3.200.000	822.487	(6.913.564)	(58.574)	(2.899.671)	(2.899.671)

O Administrador Único



Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado



Elisabete Gonçalves Bettencourt

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Subscrito	Outras instrumentos de capital próprio	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Emps	
									Total do Capital Próprio	Próprio
1	Posição no início do período 2017	50.000	3.200.000	822.487	(6.913.504)	(58.574)	(7.893.671)		(7.893.671)	
	Alterações no período									
	Primeira adoção do novo referencial contábilístico									
	Alterações de políticas contábilísticas									
	Diferenças da conversão de demonstrações financeiras									
	Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
	Excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
	Ajustamentos por impostos diferidos									
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
2	Resultado líquido do período				(58.574)	58.574				
3	Resultado integral				(58.574)	58.574				
4 = 2 + 3	Operações com detentores de capital no período									
	Realizações de capital									
	Realizações de prêmios de emissão									
	Distribuições									
	Entradas para cobertura de perdas									
	Outras operações									
5	Posição no fim do período 2017	50.000	3.200.000	822.487	(6.972.158)	(287.288)	(3.186.959)		(3.186.959)	

O Administrador Único



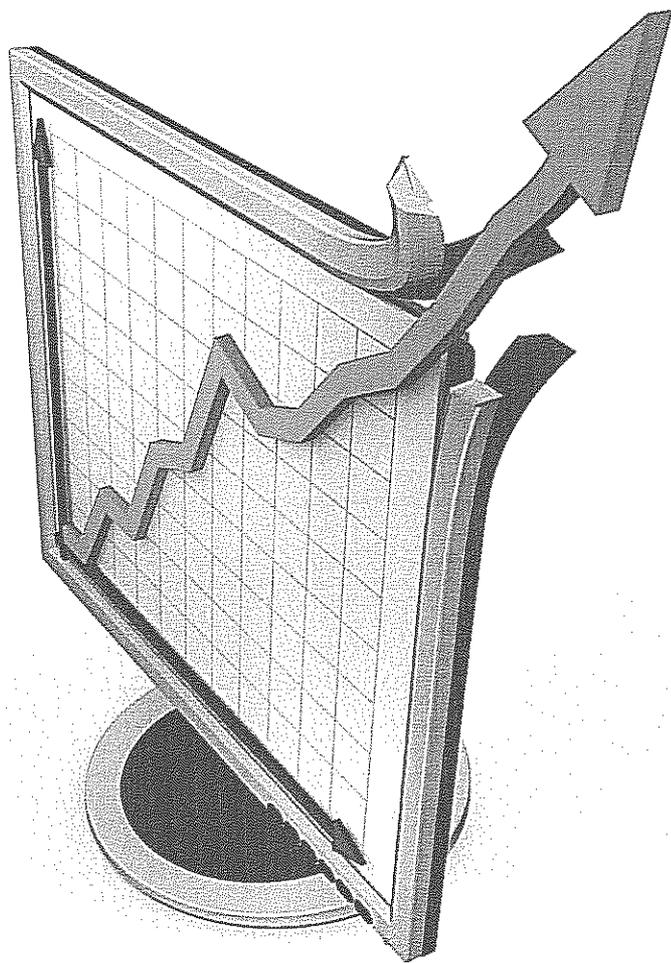
Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado



Elisabete Gonçalves Bettencourt

CS
JF



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Identificação da entidade e período de relato

Identificação da entidade

A Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. é uma sociedade anónima com sede social na Rua Castilho nº 3 – 1269-074 Lisboa, tendo sido constituída em 9 de Dezembro de 1991, e tem por principais ativos a formação, seleção, psicologia e recrutamento e consultoria no sector dos transportes. Tem desenvolvido a sua atividade, quer no sector ferroviário, quer no rodoviário, no País e em África, nos países de expressão portuguesa.

As participações financeiras detidas pelo Metropolitano de Lisboa e Refer foram durante o exercício de 2012 adquiridas pela CP- Comboios de Portugal, tornando-se esta empresa no acionista único.

A Empresa é detida a 100% pela empresa CP – Comboios de Portugal, E.P.E., entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa.

A Fernave é uma das empresas participadas que integra o grupo de empresas CP – Comboios de Portugal, E.P.E e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 31.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., referentes ao exercício de 2017, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria nº220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Administrador Único da Empresa, no dia 7 de março de 2018, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2016.

2.2. Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Valores comparativos

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Administrador Único formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Juízos de valor utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os terrenos e recursos naturais e os edifícios e outras construções encontram-se mensurados ao justo valor, encontrando-se escriturados pela sua quantia revalorizada. O registo tem por base trabalhos de avaliação solicitados pela Empresa, que segundo os seus responsáveis expressam de forma credível o valor das rubricas mencionadas.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Investimentos financeiros em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

A empresa constitui provisões, quando os capitais próprios da sua subsidiária apresentam um valor negativo, de forma a fazer refletir nas demonstrações financeiras esta responsabilidade.

Outros Ativos/Passivos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Instrumentos de capital

A Empresa reconhece instrumentos de capital próprio no capital próprio quando emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contábilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Transações em moeda estrangeira.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

Custos com empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.



Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Conforme já referido nesta nota (investimento em subsidiárias), são constituídas provisões para capitais próprios negativos, nas situações em que a empresa tenha assumido responsabilidades perante as subsidiárias.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex-fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 7 de março de 2018, data em que foram aprovadas pelo Administrador Único conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3. Juízos de valor

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os

resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Administrador Único considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

O Administrador Único não identificou situações que coloquem em causa a continuidade da empresa e tão pouco recebeu orientações do acionista que ponham em risco o desenvolvimento das operações no futuro próximo. Contudo, torna-se imperioso dar continuidade ao processo de reestruturação da Fernave, seja pela implantação do plano já proposto pelo acionista às suas tutelas, e de que se aguarda resposta, ou na impossibilidade de o concretizar, um outro que assegure a sustentabilidade da empresa.

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anuidade de dívidas e outros fatores.

Handwritten signature

Existem determinadas circunstâncias e fatos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A empresa tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma.

No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

5 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação da rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Caixa		
Caixa Moeda Estrangeira	9	10
Depósitos à ordem		
IGCP	34.630	438
Novo Banco/BES	833	619
Millennium BCP	3.919	176.108
	39.391	177.175

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

7 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	83.857	83.857
Edifícios e outras construções	543.283	543.283
Equipamento básico	238.947	240.685
Equipamento de transporte	14.700	14.700
Equipamento administrativo	207.407	262.788
	1.088.194	1.145.313
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	17.343	17.629
Depreciação acumulada de períodos anteriores	940.683	980.976
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	958.026	998.605
Valor líquido contabilístico	130.168	146.708

Apesar do investimento não ter sido significativo, de destacar a aquisição de um projetor e material informático.

Fruto da reestruturação em curso e com a saída das instalações do Entroncamento, registou-se a alienação de diversos equipamentos, sobretudo de mobiliário.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017, são analisados como segue:

mf

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	83.857	-	-	-	-	-	-	83.857
Edifícios e outras construções	543.283	-	-	-	-	-	-	543.283
Equipamento básico	240.685	397	-	(2.135)	-	-	-	238.947
Equipamento de transporte	14.700	-	-	-	-	-	-	14.700
Equipamento administrativo	262.788	406	-	(55.787)	-	-	-	207.407
	1.145.313	803	-	(57.922)	-	-	-	1.088.194
Depreciação acumulada e Imparidade								
Edifícios e outras construções	481.237	16.558	-	-	-	-	-	497.795
Equipamento básico	240.626	63	-	(2.135)	-	-	-	238.554
Equipamento de transporte	14.700	-	-	-	-	-	-	14.700
Equipamento administrativo	262.042	722	-	(55.787)	-	-	-	206.977
	998.605	17.343	-	(57.922)	-	-	-	958.026
Total	146.708							130.168

À data de 31 de Dezembro de 2017, não existem ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

8 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Projetos de desenvolvimento	26.353	19.764
	26.353	19.764
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	6.589	6.588
Amortização acumulada de períodos anteriores	19.764	13.176
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	26.353	19.764
Valor líquido contabilístico	-	-

As movimentações desta rubrica devem-se à aquisição e renovação das licenças referentes ao software afetas ao gabinete de psicologia.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data em funcionamento do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2017, são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	abates	transferências	Saldo final
Valor bruto:						
Projetos de desenvolvimento	19.764	6.589	-	-	-	26.353
	19.764	6.589	-	-	-	26.353
Amortização acumulada e imparidade						
Amortização do período	-	6.589	-	-	-	6.589
Amortização acumulada de períodos anteriores	19.764	-	-	-	-	19.764
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-
	19.764	6.589	-	-	-	26.353
Total	-	-	-	-	-	-

9 Participações financeiras – outros métodos

A Fernave detém uma participação financeira na Transcom, reconhecida ao custo deduzida das perdas de imparidade, uma vez que o valor desta participação não é publicamente negociado e não é possível obter com fiabilidade o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a Fernave, avalia a imparidade deste ativo financeiro, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração de resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2017			31-12-2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Transcom, S.A.R.L.	Custo	388.280	(161.224)	227.056	388.280	(178.390)	209.890
		388.280	(161.224)	227.056	388.280	(178.390)	209.890

O movimento das participações financeiras é analisado como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo Valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Transcom, S.A.R.L.	388.280	-	-	-	-	388.280
	388.280	-	-	-	-	388.280
Imparidade						
Transcom, S.A.R.L.	(178.390)	-	-	-	17.166	(161.224)
	(178.390)	-	-	-	17.166	(161.224)
Total	209.890					227.056

A informação financeira resumida referente à associada apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Transcom, S.A.R.L.	19,1%	31-12-2017	2.738.701	1.549.925	1.188.777	2.789.023	2.480

De salientar que estes valores encontram-se a aguardar aprovação em assembleia e poderão não corresponder aos valores finais a apresentar pela associada no seu Relatório e Contas de 31/12/2017.

10 Impostos sobre o rendimento

Tendo a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. adquirido a totalidade da participação financeira na Fernave à data de Junho de 2012, conforme previsto no artigo 69º do Código do IRC, a Fernave com referência a Janeiro de 2014 passou a integrar o Grupo CP, sendo tributada no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a Fernave não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais dedutíveis que ascendem a 508.019.914€.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado (imposto sobre o lucro tributável, tributação autónoma e derrama), no montante de 5.141 €.

11 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	31.007	41.319
Empresa-mãe	18.601	-
Outras partes relacionadas	8.607	74.931
Clientes - cobrança duvidosa	144.758	145.773
	202.973	262.023
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	1.015	4.830
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(145.773)	(150.603)
	(144.758)	(145.773)
Valor líquido contabilístico	58.215	116.250

Durante o exercício de 2017 verificou-se um decréscimo dos saldos de clientes, que se deveu essencialmente à regularização dos valores em atraso por parte do cliente Transcom.

Os clientes com saldos mais significativos a 31 de Dezembro de 2017, são os seguintes:

- MOTA - ENGIL ENG. CONSTRUÇÃO,SA – 9.171€;
- TRANSCOM, S.A. – 5.843€;
- MEDWAY-OP. FERR.E LOG.DE MERC.,SA – 5.819€.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Handwritten signature

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Cientes gerais	145.773	30	(1.045)	144.758
	145.773	30	(1.045)	144.758

As perdas por imparidade nas dívidas de clientes são reconhecidas na faturação com antiguidade superior a 210 dias após o seu vencimento, sendo posteriormente feita uma análise mais detalhada à recuperabilidade dos montantes envolvidos.

12 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Pagamentos especiais por conta	18.854	18.854
IVA outras regularizações	7.087	7.087
	25.941	25.941
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	5.141	11.734
Retenções de imposto sobre o rendimento	11.439	11.345
IVA a pagar	34.500	29.147
Contribuições para a Segurança Social	11.281	14.561
	62.361	66.787

No que respeita aos pagamentos especiais por conta (exercícios de 2011 e 2012), o processo de inspeção com vista ao reembolso já se encontra concluído, estando a empresa a aguardar a restituição dos valores.

13 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros créditos a receber é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Fornecedores (saldos devedores)	-	1.332
IVA operações regularização	196	51
Outros devedores	8.179	1.685
	8.375	3.068
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	2.677
Imparidade de períodos anteriores	-	(2.677)
	-	-
Valor líquido contabilístico	8.375	3.068

14 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Rendas	2.920	2.907
Outros	10.327	11.024
	13.247	13.931
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Formação	78.678	-
	78.678	-

O montante apresentado na rubrica de "rendimentos a reconhecer" diz respeito à faturação relativa a uma parcela dos serviços de formação que se irão realizar no decorrer do exercício de 2018.

15 Capital subscrito

O capital subscrito de 50.000€, representado por 10.000 ações ordinárias de valor nominal de 5€ cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2017.

16 Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se registadas as prestações acessórias concedidas pelo acionista único, CP-Comboios de Portugal, E.P.E., no montante de 3.200.000€, montante efetivamente realizado no decurso do exercício de 2012.

17 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Reservas Livres	822.487	822.487
	822.487	822.487

18 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior no montante de 58.574€.

19 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Corrente		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	2.600.000	2.600.000
	2.600.000	2.600.000

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano	2.600.000	2.600.000
De 1 a 5 anos	-	-
A mais de 5 anos	-	-
	2.600.000	2.600.000

O único montante ativo na rubrica de financiamentos obtidos diz respeito ao empréstimo da empresa mãe, no valor de 2.6 milhões de euros, o qual se encontra vencido, e aguarda tomada de posição das tutelas relativamente à proposta de reestruturação da empresa.

20 Outras dívidas a pagar

A rubrica de Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Corrente		
Clientes (Saldos credores)	21	726
Credores por acréscimos de gastos	86.453	206.862
Outros credores	7.932	8.768
Pessoal	171	144
	94.577	216.500

A rubrica de credores por acréscimos de gastos, tem registada a responsabilidade da empresa no que respeita ao pessoal (subsídio de férias entre outras remunerações), assim como especializações de diversos gastos.

A diminuição significativa diz respeito, por um lado, à reestruturação em curso que resultou na redução do efetivo da empresa, com a cedência de trabalhadores ao acionista, e por outro lado, à regularização dos valores em excesso que se encontravam especializados em 2016 relacionados com gastos de aluguer de locomotivas e cedência de pessoal incorridos no ano, no âmbito do curso de formação de maquinistas, que por não terem sido realizados nos moldes previstos, não foram faturados à empresa.

21 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	44.456	55.170
Empresa-mãe	430.078	250.080
Outras partes relacionadas	5.202	30.097
	479.736	335.347

O aumento que se regista diz sobretudo respeito à dívida para com o acionista único. De salientar ainda a diminuição da dívida para com a sociedade participada Transcom.

Os fornecedores com saldos mais significativos a 31 de Dezembro de 2017, são os seguintes:

- CP – Comboios de Portugal, E.P.E. – 430.078€;
- IP PATRIMÓNIO-ADM.E GEST.IMOB., S.A. – 19.142€;

22 Adiantamento de clientes

A rubrica de Adiantamento de clientes é analisada como segue:

Handwritten signature

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Sinal por Alienação de Edifício em Moçambique	374.000	374.000
	374.000	374.000

Mantem-se ativo o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda para o edifício que a Fernave detém em Moçambique e para o qual foi recebido um sinal no montante de 374.000€.

23 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Serviços prestados		
Consultoria	10.300	66.901
Recrutamento e Psicologia	34.566	67.881
Formação	650.586	1.607.508
Serviços Secundários/Outros	4.786	960
	700.238	1.743.250

Verificou-se uma redução significativa na rubrica de serviços prestados, com especial enfoque no que diz respeito aos serviços de formação contratados pelo acionista único CP. De referir que o exercício de 2016 foi um ano em que foram realizados diversos cursos de formação de maquinistas e operadores de venda, situação que não se repetiu no exercício em análise.

24 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Subcontratos	134.946	370.739
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	68.055	74.933
Publicidade e propaganda	50	25
Vigilância e Segurança	947	954
Honorários	8.795	-
Conservação e reparação	3.048	4.695
Materialis:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.401	262
Livros e documentação técnica	-	3.056
Material de escritório	2.974	7.769
Artigos para oferta	67	-
Energia e fluidos:		
Electricidade	12.926	12.238
Combustíveis	814	1.507
Água	1.386	2.040
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	4.014	8.382
Transportes de pessoal	425	664
Transportes de mercadorias	390	437
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	85.243	153.564
Comunicação	17.358	19.485
Seguros	24.864	25.783
Contencioso e notariado	4.648	405
Despesas de representação	873	-
Limpeza, higiene e conforto	15.918	19.470
Outros serviços	20.967	26.680
	410.109	733.088

Em resultado do esforço de poupança de gastos, bem como da diminuição dos serviços prestados referido na nota anterior, os fornecimentos e serviços externos registaram uma diminuição significativa generalizada em praticamente todas as rubricas, que se reflete sobretudo nos subcontratos (contratação de formadores externos) e nas rendas e alugueres (aluguer de locomotivas para formação de maquinistas).

25 Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	2.450	2.500
Remunerações do pessoal	490.832	636.975
Encargos sobre remunerações	101.897	135.357
Seguros de acidentes no trabalho	3.875	4.982
Seguro de saúde	5.778	6.957
Gastos de acção social	140	2.136
Outros gastos com o pessoal	5.079	16.627
	610.051	805.534

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 20 (2016: 25).

Apesar da conclusão da reposição de salários, a rubrica de gastos com pessoal registou uma diminuição significativa, que se justifica pela redução dos quadros de pessoal, nomeadamente pela cedência de colaboradores ao acionista.

Na sequência do processo de reestruturação que se encontra em curso, espera-se que em 2018 a tendência de redução do efetivo se mantenha, sendo os colaboradores cedidos ao acionista sem qualquer custo adicional para a empresa.

26 Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Perdas		
Transcom	-	(111.101)
Reversões		
Transcom	17.166	-
	17.166	(111.101)

27 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	7.149	3.140
Alfenação ativos fixos tangíveis	14.558	-
Correções períodos anteriores	126.096	2.209
Excesso estimativa imposto	3.778	-
Outros	-	4.103
	151.581	9.452

No decorrer do exercício de 2017 houve a necessidade de proceder a correções de períodos anteriores (anulação de gastos), nomeadamente a regularização dos valores em excesso que se encontravam especializados em 2016 relacionados com gastos de aluguer de locomotivas e cedência de pessoal

incorrido no ano, no âmbito do curso de formação de maquinistas, que por não terem sido realizados nos moldes previstos, não foram faturados à empresa.

28 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2017	2016
Impostos	8.732	4.539
Dívidas incobráveis	-	7.998
Correções períodos anteriores	1.405	1.392
Quotizações	400	400
Insuficiência estimativa imposto	-	18.072
Serviços e comissões bancárias	1.873	3.968
Outros	1	1
	12.411	36.370

A diminuição que se verifica diz sobretudo respeito às dívidas incobráveis e à insuficiência de estimativa de imposto registadas em 2016, factos que não se repetiram em 2017.

29 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2017	2016
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	17.343	17.629
Ativos intangíveis	6.589	6.588
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
	23.932	24.217

30 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2017	2016
Juros suportados	95.643	96.738
Diferenças câmbio desfavoráveis	1	-
	95.644	96.738

Os juros suportados referem-se aos empréstimos existentes com a empresa-mãe, referidos na nota 19.

31 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a estrutura acionista da Empresa, é a seguinte:

	(número de acções)	
	31-12-2017	31-12-2016
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	10.000	10.000
	10.000	10.000

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2017	2016
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	446.279	873.064
Outras partes relacionadas	3.953	79.998
Gastos		
Empresa-mãe	(234.710)	(428.291)
Outras partes relacionadas	(14.988)	(44.356)
	200.534	480.415

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativos		
Empresa-mãe	18.601	-
Outras partes relacionadas	12.025	74.931
Passivos		
Empresa-mãe	(3.030.078)	(2.850.149)
Outras partes relacionadas	(5.202)	(30.097)
	(3.004.654)	(2.805.315)

32 Garantias e Avaes

Existe uma garantia prestada pelo acionista único CP-Comboios de Portugal à Fernave no valor de 114 euros.

33 Acontecimentos após a data de balanço

Não existem acontecimentos relevantes após a data de Balanço a relatar.

34 Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor negativo de 287.288 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 7 de março de 2018

O Administrador Único



Alfeu Pimentel Saraiva

O Contabilista Certificado



Elisabete Gonçalves Bettencourt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Senhor Acionista da
FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.
Lisboa

Em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da vossa Sociedade apresentamos o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Administrador Único relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No desempenho das funções de Fiscal Único, tendo em conta o momento da nossa nomeação, acompanhámos a atividade da vossa sociedade através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pelo Administrador Único quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância da lei e dos estatutos e efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios de mensuração adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pelo Administrador Único, o qual traduz de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa sociedade.

Decorrente do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas, que inclui uma incerteza material relacionada com a continuidade, a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado, e apesar do descrito no parágrafo da incerteza material relacionada com a continuidade, incluído na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pelo Administrador Único seja aprovado;
2. As Contas apresentadas pelo Administrador Único sejam aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Administrador Único seja aprovada.

Lisboa, 9 de março de 2018

O Fiscal Único

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Luís F. Pereira Rosa, ROC

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER DE FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2017

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 502.393 EUR e um total de capital próprio negativo de 3.186.959 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 287.288 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, conforme divulgado nas notas anexas às demonstrações financeiras, pese embora o défice do seu capital próprio. Com efeito, a Entidade tem vindo a acumular prejuízos anuais consecutivos, aguardando decisão da Tutela Setorial e Financeira quanto à sua reestruturação. Assim, a prossecução das operações da Entidade depende totalmente do apoio financeiro do seu acionista único, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), da possibilidade de rever os contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente (CP) e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de

auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

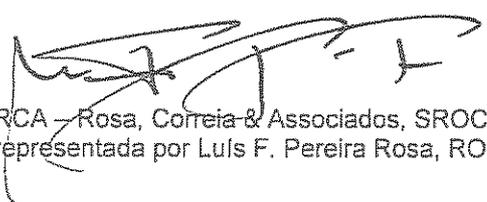
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de março de 2018


RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Luís F. Pereira Rosa, ROC



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 502.393 euros e um total de capital próprio negativo de 3.186.959 euros, incluindo um resultado líquido negativo 287.288 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. em 31 de dezembro 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras da Fernave – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, conforme divulgado no anexo. Contudo, a Entidade tem vindo a acumular prejuízos consecutivos de montante significativo e aguarda decisão da Tutela Sectorial e Financeira quanto à sua reestruturação. Assim, a continuidade da Entidade continua a depender do suporte financeiro do acionista, da capacidade de revisão dos contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

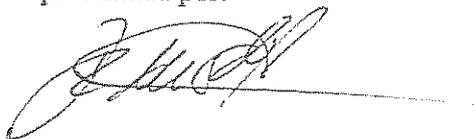
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de março de 2018

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015

Registado na CMVM com o n.º 20160630



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

